

Balanço Patrimonial
(Em Milhares de Reais)

ATIVOS	Nota Explicativa	31.03.2023	31.12.2022
Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	116.285	111.422
Contas a Receber	5	3.614	4.013
Tributos a Recuperar	6	2.913	2.340
Despesas Antecipadas		45	121
Estoques	7	1.368	1.277
Outros Créditos		35	41
Total dos Ativos Circulantes		124.260	119.214
Não Circulante			
Realizável a Longo Prazo		90.816	87.801
Depósitos Judiciais	8	46.910	45.722
Tributos a Recuperar	9	43.906	42.079
Ativo Intangível	10	34.544	33.124
Total dos Ativos Não Circulantes		125.360	120.925
TOTAL DOS ATIVOS		249.620	240.139

PASSIVOS	Nota Explicativa	31.03.2023	31.12.2022
Circulante			
Fornecedores	11	1.328	985
Obrigações Tributárias	12	1.986	2.180
Obrigações Trabalhistas	13	4.262	2.957
Dividendos Propostos	14	31.584	31.584
Outras Obrigações	15	4.978	6.712
Total do Passivo Circulante		44.138	44.418
Não Circulante			
Provisão para Contingências	16	783	793
Total do Passivo Não Circulante		783	793
Patrimônio Líquido			
Capital Social	17	50	50
Reserva de Lucros		204.649	194.878
Reserva Legal	18	10	10
Retenção de Lucros	19	117.565	117.565
Lucro a disposição da AGO		87.074	77.303
Total do Patrimônio Líquido		204.699	194.928
TOTAL DOS PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		249.620	240.139

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado do Exercício
(Em Milhares de Reais)

	Nota	1T2023	1T2022
Receita Operacional Líquida	20	19.943	14.929
Receita Líquida de Serviços	20	18.059	14.043
Receita de Construção	20	1.884	886
Custo dos Serviços Prestados		(11.282)	(9.695)
Custo dos Serviços Portuários	21	(5.411)	(6.343)
Custo com Mão de Obra Direta	22	(3.523)	(2.035)
Amortizações	23	(464)	(431)
Custo de Construção	24	(1.884)	(886)
Lucro Bruto		8.661	5.234
Despesas		(4.546)	(3.105)
Despesas com Pessoal	25	(3.591)	(2.334)
Despesas Gerais e Administrativas	26	(1.038)	(773)
Outras Receitas		83	2
Resultado Antes dos Resultados Financeiros		4.115	2.129
Resultado Financeiro		6.330	2.134
Receitas Financeiras	27	6.348	2.153
Despesas Financeiras		(18)	(19)
Resultado Antes dos Tributos		10.445	4.263
Tributos Sobre o Lucro	28	(674)	(1.456)
Imposto de Renda		-	(1.069)
Contribuição Social		(674)	(387)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		9.771	2.807
Lucro Líquido por Ação (Em Reais)		R\$ 195,42	R\$ 56,14

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
(Em Milhares de Reais)

	Capital Social	Reserva de Lucros			Lucros Acumulados	Resultados Abrangentes	Totais
		Reserva Legal	Retenção de Lucros	Lucros a Disposição da AGO			
Saldo em 31.12.2021	50	10	107.904	9.661	-	-	117.625
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	2.807	-	2.807
Lucros a disposição da AGO	-	-	-	2.807	(2.807)	-	-
Saldo em 31.03.2022	50	10	107.904	12.468	-	-	120.432
Destinação para Reservas	-	-	9.661	(9.661)	-	-	-
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	100.264	-	100.264
Dividendos Propostos	-	-	-	-	(25.768)	-	(25.768)
Lucros a disposição da AGO	-	-	-	74.496	(74.496)	-	-
Saldo em 31.12.2022	50	10	117.565	77.303	-	-	194.928
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	9.771	-	9.771
Lucros a disposição da AGO	-	-	-	9.771	(9.771)	-	-
Saldo em 31.03.2023	50	10	117.565	87.074	-	-	204.699

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método Indireto
(Em Milhares de Reais)

	1T2023	1T2022
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Lucro antes dos Impostos	10.445	4.263
Amortizações do Ativo Intangível	464	431
(Aumento)/Redução em Contas a Receber	399	(155)
(Aumento)/Redução em Tributos a Recuperar	(573)	(372)
(Aumento)/Redução em Despesas Antecipadas	76	42
(Aumento)/Redução em Estoques	(91)	(63)
(Aumento)/Redução em Outros Créditos	5	136
(Aumento)/Redução em Realizável a LP	(3.015)	(2.740)
Aumento/(Redução) em Fornecedores	343	1.078
Aumento/(Redução) em Obrigações Tributárias	(193)	(1.204)
Aumento/(Redução) em Obrigações Trabalhistas	1.305	(25)
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações	(1.733)	5
Aumento/(Redução) em Obrigações de LP	(11)	2.643
Imposto de Renda e Contribuição Social	(674)	(1.456)
Fluxo de Caixa Gerado	6.747	2.583
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento		
Adições ao Ativo Intangível	(1.884)	(886)
Fluxo de Caixa Aplicado	(1.884)	(886)
Variação em Caixa e Equivalentes de Caixa	4.863	1.697
Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial	111.422	94.119
Caixa e Equivalentes de Caixa Final	116.285	95.816

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras

Demonstração do Valor Adicionado
(Em Milhares de Reais)

	1T2023	1T2022
Receita Gerada	23.218	17.462
Receita de Serviços Prestados	21.060	16.376
Receita de Construção	2.158	1.086
Custo com Insumos Adquiridos de Terceiros	(9.063)	(8.814)
Serviços de Terceiros	(4.654)	(4.681)
Energia Elétrica Consumida	(314)	(427)
Outros Insumos	(1.937)	(2.620)
Custo de Construção	(2.158)	(1.086)
Valor Adicionado Bruto	14.155	8.648
Depreciação e Amortização	(463)	(431)
Valor Adicionado Líquido	13.692	8.217
Valor Adicionado por Receitas Financeiras	6.348	2.153
Valor Adicionado a Distribuir	20.040	10.370
Pessoal e Encargos	7.115	4.369
Remuneração Direta	5.841	3.434
Fundo de Garantia	336	205
Benefícios	938	730
Impostos, Taxas e Contribuições	3.136	3.175
Federais	2.083	2.356
Municipais	1.053	819
Remuneração de Capitais de Terceiros	18	19
Despesas Financeiras	18	19
Remuneração do Capital Próprio	9.771	2.807
Lucros Retidos para os Acionistas	2.443	702
Lucros Retidos em Reservas	7.328	2.105

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras

Notas Explicativas as Demonstrações Financeiras (Em Milhares de Reais)

1. Contexto Operacional

A SCPAR Porto de Imbituba S.A. é uma sociedade de economia mista com propósito específico constituída em 06 de setembro de 2012 pelo acionista único SC Participações e Parcerias S.A. para dar cumprimento aos dispositivos estabelecidos no Convênio de Delegação nº 01/2012 de 26 de Novembro de 2012, por meio do qual a União delegou ao Estado de Santa Catarina a administração e exploração do Porto Organizado de Imbituba. Inicialmente a delegação ao estado foi concedida a título provisório por prazo de até 2 anos, com vistas a garantir a continuidade das operações portuárias, sendo que no mês de setembro de 2014 o prazo de vigência do convênio de delegação foi alterado para 25 anos, até 15 de dezembro de 2037, com possibilidade de prorrogação por igual período. A Companhia possui como objeto social a administração da infraestrutura portuária do Porto organizado de Imbituba.

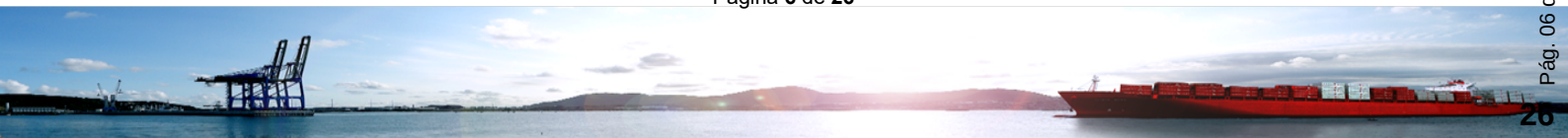
2. Base de Preparação das Demonstrações Financeiras

2.1 Declaração de Conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com a Lei nº 6.404 de 1976 e suas alterações e a de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as orientações e as Interpretações Técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A presente Demonstração é apresentada nos termos do CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária. A diretoria da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações financeiras em 5 de junho de 2023.

2.2 Base de Mensuração

As demonstrações financeiras foram apresentadas com base no seu custo histórico, exceto se indicado de outra forma em notas explicativas.



2.3 Moeda de Apresentação

As demonstrações financeiras da Sociedade são apresentadas em Real – (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e arredondadas para milhares, exceto quando indicado de outra forma em notas explicativas.

2.4 Uso de Estimativas e Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de práticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As informações sobre estimativas referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão expostas nas seguintes notas explicativas 3.2) *Ativo Intangível* e 3.4) *Receita de construção e custo de construção*.

3. Principais Políticas Contábeis Adotadas

As políticas contábeis adotadas são aplicadas de maneira consistente nas demonstrações financeiras da Companhia nos exercícios findos apresentados, salvo disposição em contrário. As demonstrações financeiras são de responsabilidade da administração desta Companhia e foram preparadas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em especial a Lei Federal nº 6.404 de 1976 e suas alterações – Lei das Sociedades por Ações, juntamente com as normas e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade. As principais políticas contábeis estão definidas a seguir.

3.1 Instrumentos Financeiros

3.1.1 Caixa e Equivalentes de Caixa

Os caixas e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e representam a disponibilidade financeira imediata. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante grau de risco.

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras



3.1.2 Contas a Receber

Decorrem diretamente das operações comerciais da Companhia, estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente. Considerando o prazo curto de sua realização, o valor contábil se aproxima do valor justo.

3.1.3 Contas a Pagar

Os valores divulgados aproximam-se de seus valores de mercado, considerando o seu vencimento em curto prazo, portanto, o valor contábil se aproxima do valor justo.

3.2 Ativo Intangível

A Companhia reconhece como ativo intangível o direito vinculado ao convênio de delegação junto à União de cobrar dos usuários dos serviços públicos portuários o uso de sua infraestrutura portuária. O prazo de exercício deste direito iniciou-se em 16 de dezembro de 2012, no qual, juntamente com seu termo aditivo firmado em 18 de setembro de 2014 estabeleceu o prazo de delegação de 25 anos, podendo o mesmo ser prorrogado por igual período. A administração da Companhia entende que o exercício deste direito terá fim em 15 de dezembro de 2037, caso não ocorra prorrogação do referido convênio. Os bens construídos e adquiridos pela Companhia reverterão ao poder concedente ao término deste convênio, portanto, tais valores são registrados em contrapartida de ativo intangível, representando o direito de cobrar de seus usuários pela utilização do serviço público. De acordo com o OCPC 05 – item 42, o ativo intangível deve ser amortizado dentro do prazo de concessão. O critério de amortização dos ativos intangíveis é reconhecido tendo em vista o tempo restante do exercício deste direito incondicional de receber caixa, apropriando em seu resultado através do método linear. Os gastos incorridos com manutenção e reparo são registrados quando benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e mensurados de forma confiável, enquanto que os demais gastos são registrados diretamente no resultado em que ocorreu. Os ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado do exercício no momento de sua baixa. Para a aplicação do ICPC 01 – *Contratos de Concessão*, aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade, a administração considerou os seguintes aspectos do Convênio de Delegação: a) O poder concedente controla e regulamenta quais serviços a Companhia deve prestar com o uso de sua infraestrutura e seu preço; b) O poder concedente controla, por meio de titularidade, usufruto ou de outra forma, participação residual significativa na infraestrutura ao término do convênio de delegação. A Companhia entende que, em ambos os requisitos foram atendidos para aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) aprovado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis em 02 de dezembro de 2011. A infraestrutura

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras

dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão não é registrada como ativo imobilizado em virtude do convênio de delegação não transferir o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo convênio. A Companhia tem acesso apenas para operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições estabelecidas neste convênio.

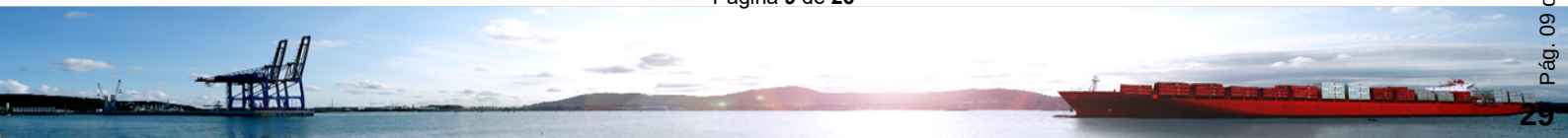
3.3 Reconhecimento de Receitas

As receitas são reconhecidas de acordo com o regime de competência. As receitas de prestação de serviços são registradas no resultado quando da certeza de sua realização, sendo suas principais receitas originadas dos seguintes serviços: **a)** Serviços de Armazenagem: receita devida pelos usuários em razão da armazenagem de mercadorias na área do Porto organizado, destinadas ou oriundas de navios atracados no Porto de Imbituba; **b)** Infraestrutura Marítima I: receita devida pelo armador do navio ou seu representante para utilização do acesso marítimo e das águas abrigadas e profundas das áreas de fundeio de evolução e atracação dos navios; **c)** Infraestrutura Marítima II: receita devida pelo armador do navio ou seu representante, destinado a manutenção do acesso marítimo e das águas abrigadas e profundas das áreas de fundeio de evolução e atracação dos navios; **d)** Infraestrutura Terrestre: receita devida pelos usuários pela utilização das instalações terrestres para as operações de carregamento e descarregamento de mercadorias no cais, acessos terrestres, pátios de trânsito, instalações especializadas e vias de circulação internas, e ainda, as benfeitorias e os serviços respectivos, tais como iluminação e drenagem; **e)** Arrendamento Fixo: receita devida pelos arrendatários de áreas no Porto organizado definidas pelo metro quadrado disponibilizado; **f)** Arrendamento Variável: receita devida pelos arrendatários de áreas no Porto organizado definidas por tonelagem de carga ou volume de contêineres; **g)** Arrendamento Contratual Mínimo: receita devida pelos arrendatários de áreas no Porto organizado definidas pela diferença do compromisso contratual de movimentação mínima assumida e a efetiva realização deste, através de contratos “take-or-pay”; **h)** Taxas Convencionais: receita devida pelos usuários pela utilização de serviços de pesagem, tráfego interno e demais serviços administrativos e operacionais; **i)** Serviços de Fornecimento: receita devida pelos usuários pela disponibilização do fornecimento de insumos comuns, assim entendidos como água potável e energia elétrica.

3.4 Receita de Construção e custo de construção

A orientação OCPC 05 – Contratos de Concessão determina que as empresas concessionárias de serviços, possuem, mesmo que, indiretamente, responsabilidade pela construção e melhoria da infraestrutura portuária delegada. Conforme item 43 da OCPC 05, quando a concessionária presta serviços de construção, ela deve reconhecer a receita de construção pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado e, dessa forma, por

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras



consequência, apurar margem de lucro. Em geral, o concessionário é o responsável primário pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que há a terceirização dos serviços. O item 14 do ICPC 01 R1 determina que o concessionário contabilize as receitas e custos relativos aos serviços de construção ou de melhoria de acordo com o CPC 47. A SCPAR Porto de Imbituba S.A. não tem como objeto social os serviços de construção, mas a administração da infraestrutura portuária, sendo que para a melhoria das instalações portuárias realiza licitações públicas para contratação e execução dos serviços por terceiros, nas quais são contratados os proponentes que apresentarem o menor custo para execução dos serviços. Desta forma, a Companhia julga não haver margem de lucro sobre esta atividade, sendo apresentado integralmente a receita e o custo de construção em valores equivalentes, não modificando os resultados apresentados no exercício social.

3.5 Tributos

A provisão para contribuição social é calculada sobre a base tributável do exercício. A base tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis. A provisão para contribuição é aplicada a alíquota de 9% (nove por cento). Quanto ao Imposto de Renda - IRPJ, não há valores devidos pela companhia em face da decisão judicial em 19 de outubro de 2022 na ação n. 5002780-94.2016.4.04.7216 em que reconheceu a Imunidade Tributária Recíproca da companhia, em razão de suas atividades constituírem serviço público por essência, prevista no art. 150, VI, inciso a, da Constituição Federal de 1998.

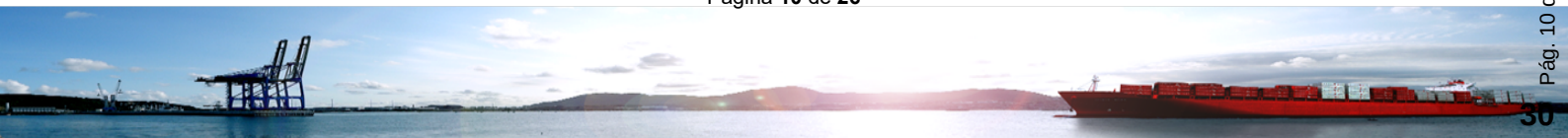
3.6 Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possuir uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo, e demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial.

3.7 Demonstração dos Fluxos de Caixa

A Companhia elaborou a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), individual nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, através do método indireto, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis.

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras



3.8 Ajuste a Valor Presente

As contas sujeitas a ajuste a valor presente são as contas a receber de clientes e as contas a pagar de fornecedores. Estas não foram trazidas a seu valor presente em virtude de os prazos médios de liquidação serem inferiores a 60 (sessenta) dias.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

Os caixas e equivalentes de caixa são representados em valores disponíveis em caixa e conta corrente da Companhia e aplicações financeiras de liquidez imediata com insignificante risco, representada pelo valor líquido de resgate na data de encerramento do exercício, sendo remunerado em média de 75% a 100% da variação da CDI. Os valores estão representados a seguir:

	31/03/2023	31/12/2022
Bens Numerários disponível em Caixa	5	2
Depósitos Bancárias em Conta Corrente	-	-
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata	116.280	111.420
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	116.285	111.422

5. Contas a Receber

As contas a receber representam os valores a serem realizados em caixa relativos as receitas oriundas da atividade portuária. O prazo médio de recebimento é inferior a 25 (vinte e cinco) dias. Os títulos vencidos, quando de seu efetivo recebimento são acrescidos de 2% (dois por cento) de multa moratória, assim como a aplicação de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, observados ainda as particularidades previstas em contrato. A Companhia não registra provisão para perdas, visto que a administração entende não haver risco no recebimento destes direitos e, nem ajuste a valor presente conforme justificativa explícita na nota explicativa 3.8.

	31/03/2023	31/12/2022
Vencidos a menos de 30 dias	-	-
A vencer em até 30 dias	3.614	4.013
Saldo a receber Take or Pay TECON [a]	107.238	107.238
(-) Suspensão Judicial TECON [a]	(107.238)	(107.238)
Total	3.614	4.013

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras

a) A arrendatária Santos Brasil Participações S.A. logrou êxito em seu pedido liminar nos autos do processo 1025458-21.2020.4.01.3400 junto a 1º Vara Federal Cível da SJDF para suspender os efeitos da cobrança de valores a título de cláusula *take or pay* junto ao Arrendamento do Terminal de Contêineres. Desta forma, considerando o princípio da prudência, apresentam-se os valores a receber a este título, tendo igual quantia registrada como conta redutora, uma vez que não há garantias de seu efetivo recebimento. Na nota explicativa 30.4 é apresentado com maior ênfase o detalhamento desta lide.

6. Tributos a Recuperar

Os tributos a recuperar representam valores decorrentes de Imposto de Renda a ser retido no resgate das aplicações financeiras. Os valores são apresentados pelo custo histórico.

	31/03/2023	31/12/2022
IRRF Estimado s/ Aplicações Financeiras	2.903	2.340
IRRF Retido s/ Aplicações Financeiras	10	-
Total	2.913	2.340

7. Estoques

Representa os valores de estoques destinados a pronto consumo ou a manutenção da infraestrutura portuária que necessitem de fornecimento imediato.

	31/03/2023	31/12/2022
Material de Expediente	26	26
Material de Limpeza	46	42
Material de Manutenção Civil	329	313
Material de Manutenção Elétrica	621	556
Material de Manutenção Tecnológica	275	277
Material de Saúde e ST	71	63
Total	1.368	1.277

8. Depósitos Judiciais

Os depósitos judiciais classificados no ativo não circulante referem-se a discussões judiciais de natureza regulatória, trabalhista ou tributária. A principal quantia depositada judicialmente pela Companhia refere-se a Ação declaratória em face da União Federal nº 5002780-94.2016.4.04.7216

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras

junto ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região, para reconhecimento de Imunidade Tributária Recíproca, no qual passou a depositar judicialmente a parcela de Imposto de Renda devido a partir da competência de Abril de 2018, sendo melhor detalhado na nota explicativa 30.2

	31/03/2023	31/12/2022
Depósitos Judiciais Antaq	490	490
Depósitos Judiciais Trabalhistas	283	305
Depósitos Judiciais Tributários	103	103
Depósitos Recursais	37	37
Depósito Judicial Imposto de Renda	37.705	37.705
Atualização – Depósito Judicial Imposto de Renda	8.292	7.082
Total	46.910	45.722

9. Tributos a Recuperar

Os tributos a recuperar a longo prazo representam os valores decorrentes de imposto de redá a ser habilitado junto à Receita Federal do Brasil, em virtude do trânsito em julgado da ação n. 5002780-94.2016.4.04.7216 junto ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região, em 19 de outubro de 2022, em que foi reconhecido a Imunidade Tributária Recíproca da Companhia em relação aos impostos de natureza federal. Desta forma, em 15 de dezembro de 2022, a Diretoria Executiva deliberou para requerer o indébito tributário correspondente aos 5 (cinco) últimos exercícios em que a ação foi proposta, compreendendo os valores de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – IRPJ, uma vez que a partir da competência de abril/2018, os valores foram depositados judicialmente, sendo que os montantes requeridos junto à Receita Federal compreendem o período de dezembro/2012 a março/2018:

	31/03/2023	31/12/2022
Montante principal IRPJ a Recuperar 12/2012 a 03/2018	28.365	28.365
Atualização SELIC sobre IRPJ a Recuperar	15.541	13.714
Total	43.906	42.079

10. Ativo Intangível

A Companhia reconhece como ativo intangível o direito vinculado ao convênio de delegação junto à União de cobrar dos usuários dos serviços públicos portuários o uso da infraestrutura portuária conforme critérios estabelecidos na nota explicativa 3.2. O demonstrativo do ativo intangível líquido, já considerando a dedução da amortização acumulada ao longo do período é assim representado:

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras

Ativo Intangível Líquido				
	Intangível Bruto	Amortização Acumulada	Intangível Líquido	Taxa Média Amortização
Infraestrutura Marítima	3.143	(837)	2.306	5 %
Infraestrutura de Acostagem	7.059	(1.741)	5.318	5 %
Infraestrutura Terrestre	10.513	(3.003)	7.510	5 %
Infraestrutura Armazenagem	2.573	(789)	1.784	5 %
Equipamentos Portuários	1.740	(363)	1.377	5 %
Administração	11.259	(2.134)	9.125	5 %
Obras em Andamento	7.051	-	7.051	5 %
Outros Ativos Intangíveis	141	(68)	73	15 %
Total	43.479	(8.935)	34.544	6,3%

O quadro a seguir demonstra as adições ao ativo intangível no curso do ano corrente:

Ativo Intangível				
	Saldo 2022	Adições	Alienações	Saldo 2023
Infraestrutura Marítima	3.143	-	-	3.143
Infraestrutura de Acostagem	7.059	-	-	7.059
Infraestrutura Terrestre	10.513	-	-	10.513
Infraestrutura Armazenagem	2.573	-	-	2.573
Equipamentos Portuários	1.466	274	-	1.740
Administração	10.834	425	-	11.259
Obras em Andamento	5.865	1.186	-	7.051
Outros Ativos Intangíveis	141	-	-	141
Total	41.594	1.885	-	43.479

11. Fornecedores

Representa as obrigações de curto prazo com fornecedores referente a compromissos assumidos anteriormente a data de encerramento do exercício social, tendo como prazo médio de liquidação inferior a 30 (trinta) dias da data de encerramento do exercício social, não existindo títulos inadimplentes por parte da Companhia.

12. Obrigações Tributárias

Registra os valores de impostos e contribuições federais e municipais a serem recolhidos em exercícios subsequentes, compreendendo tributos próprios e retidos de terceiros, segregados conforme apresentado abaixo:

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras



	31/03/2023	31/12/2022
Imposto sobre Serviço	377	309
PIS e COFINS	611	1.386
Contribuição Social	674	189
Tributos Retidos	324	296
Total	1.986	2.180

13. Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias

Contempla os valores de obrigações trabalhistas e previdenciárias, compreendendo: a) Obrigações com Pessoal: Salários do pessoal, honorários da diretoria e conselheiros, rescisões a pagar, imposto de renda retido na fonte sobre salários e pensão alimentícia a repassar; b) Obrigações Previdenciárias: fundo de garantia e previdência social a recolher, contribuição e mensalidade sindical e outras obrigações; c) Obrigações Férias/13º Salário e encargos: constituem as obrigações de férias e décimo terceiro salário com encargos sociais apropriados mensalmente pelo regime de competência. Os valores são segregados de acordo com o quadro a seguir:

	31/03/2023	31/12/2022
Obrigações com Pessoal	1.357	1.081
Obrigações Previdenciárias	783	412
Obrigações Férias/13º Salário/Encargos	2.122	1.464
Total	4.262	2.957

14. Dividendos Propostos

O Estatuto Social da Companhia, a política de distribuição de dividendos e o convênio de delegação nº 01/2012 prevê a distribuição de dividendos mínimos, de acordo com a Lei 6.404 de 1976 até o montante máximo de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido apurado no exercício social. Os lucros retirados, por determinação do convênio de delegação deverão ser revertidos em desenvolvimento ou melhoria das atividades do Porto, mediante prévia autorização do Poder Delegante. Os valores são registrados de acordo com a Interpretação Técnica ICPC 08 (R1) – Contabilização da proposta de pagamento de dividendos. Sendo assim, apresenta-se a seguir os valores reservados ao acionista único SC Participações e Parcerias S.A., decorrente dos dividendos devidos nos termos do Convênio de Delegação nº 01/2012.

	31/03/2023	31/12/2022
Dividendos devidos no início do exercício social	31.584	5.816
(+) Adição de 25% do lucro líquido do exercício corrente	-	25.768
(-) Dividendos distribuídos ou creditados ao acionista	-	-
Saldo no Final do Exercício	31.584	31.584

15. Outras Obrigações

Representa outras obrigações assumidas pela SCPAR Porto de Imbituba S.A. decorrentes das atividades naturais de seu negócio, sendo que a parcela mais relevante é compreendida pelas alterações produzidas pela União no segundo termo aditivo do contrato de arrendamento S/N nos autos do processo 50300.008257/2018-31.

	31/03/2023	31/12/2022
Ressarcimento Processo 50300.008257/2018-31	4.843	6.577
Garantias Contratuais	135	135
Total	4.978	6.712

16. Provisão para Contingências

A Companhia reconhece como de perda provável os passivos contingentes de natureza trabalhista e regulatória, conforme detalhado no quadro abaixo:

	31/03/2023	31/12/2022
Ação Federal 5004763-82.2021.4.04.7207	136	136
Ação Federal 5008554.59.2021.4.04.7207	80	80
Ação Federal 5000331.27.2020.4.04.7216	25	-
Ação Cível n. 0302632-02.2014.8.24.0030	20	20
Ação Trabalhista 0000191-91.2019.5.12.0043	8	8
Ação Trabalhista 0001308-20.2019.5.12.0043	295	295
Ação Trabalhista 0000906-07.2017.5.12.0043	-	35
Ação Trabalhista 0000609-08.2018.5.12.0029	63	63
Ação Trabalhista 0000485-46.2019.5.12.0043	95	95
Ação Trabalhista 0000118-51.2021.5.12.0043	61	61
Total	783	793

17. Capital Social

Representa o investimento inicial realizado pelo acionista único *SC Participações e Parcerias S.A.* em 26 de dezembro de 2012 no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) como integralização do

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras

capital social de sua subsidiária integral, nos termos previstos no Art. 5º e seguintes da Lei Federal nº 6.404 de 1976.

18. Reserva Legal

Corresponde aos valores destinados a constituição de Reserva Legal, correspondente a 20% do Capital Social registrado, nos termos do Art. 193 da Lei Federal nº 6.404 de 1976.

19. Retenção de Lucros

Registra os valores não destinados e retidos pela Companhia, dos lucros apurados em exercícios anteriores e no exercício atual, nos termos do Art. 196 da Lei Federal nº 6.404 de 1976.

20. Receita Operacional Líquida

Nos termos do Art. 2º da Lei Federal 12.973 de 2014, alterado pela redação do Decreto Lei 1.598 de 1977, apresenta-se o detalhamento da Receita Líquida da Companhia:

	1T2023	1T2022
Receita Bruta dos Serviços Portuários [a]	22.342	17.267
Receita Bruta de Construção [b]	1.884	886
(-) Desconto e Premiações [c]	(1.282)	(890)
(-) Tributos Diretos sobre Serviços [d]	(3.001)	(2.334)
Receita Líquida	19.943	14.929

[a] A receita bruta dos serviços portuários é compreendida pelas receitas tarifárias arrecadadas conforme exposto na nota explicativa 3.3, sendo destacado abaixo a evolução comparativa:

	1T2023	1T2022
Serviços de Armazenagem	199	70
Infraestrutura Marítima I	3.625	2.930
Infraestrutura Marítima II	3.691	2.781
Infraestrutura Terrestre	5.996	4.331
Arrendamento Fixo	2.591	2.490
Arrendamento Variável	4.904	3.998
Arrendamento Contratual Mínimo	445	-
Taxas Convencionais	113	414

Continua...

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras

Continuação...

Serviços de Fornecimento	778	253
Total	22.342	17.267

[b] A receita de construção foi reconhecida no exato valor das adições ao ativo intangível da Companhia no exercício social, conforme a nota explicativa 3.4.

[c] os valores representam os descontos e premiações concedidas nas tarifas públicas no Porto de Imbituba, especificamente nas tabelas de Inframar I e Inframar II.

[d] representa os tributos diretos incidentes sobre as receitas oriundas dos serviços portuários prestados, compreendendo a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) na ordem de 7,6 %, a Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) em 1,65% e o Imposto sobre Serviços (ISS) em 3,00 %.

21. Custos dos Serviços Portuários

O resumo dos principais custos na prestação dos serviços portuários da Companhia compreende:

	1T2023	1T2022
Consumo de Energia Elétrica	314	427
Custos com Serviços Ambientais	456	438
Custos com Serviços de Dragagem e Batimetria	2.227	2.332
Custos com Serviços de Limpeza Portuária	352	332
Custos com Serviços de Monitoramento Ambiental	369	495
Custos com Serviços de Segurança Portuária	922	784
Custos com Serviços de Terceiros	328	300
Custos com Manutenção das Vias de Acesso	158	1.060
Custos com Manutenção Civil e Elétrica	367	344
Custos com Manutenção em Geral	225	277
Outros Custos	232	169
(-) Créditos Tributários de Pis e Cofins	(539)	(615)
Total	5.411	6.343

22. Custo com Mão de Obra Direta

A composição do custo com mão de obra direta, aquela no qual incluí os empregados alocados em setores de infraestrutura, operações portuárias, meio ambiente e segurança são segregados abaixo:

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras

	1T2023	1T2022
Salários e Ordenados	1.600	1.065
Encargos Sociais	768	439
Provisões de 13º Salário e Férias	648	208
Benefícios	507	323
Total	3.523	2.035

23. Amortizações

A composição das amortizações corresponde aos valores registrados no resultado decorrentes do registro contábil de acordo com o que prevê a nota explicativa 3.2 em contrapartida do ativo intangível da Companhia:

	1T2023	1T2022
Amortização Infraestrutura Marítima	39	39
Amortização Infraestrutura Acostagem	90	83
Amortização Infraestrutura Terrestre	128	124
Amortização Infraestrutura de Armazenagem	36	30
Amortização Equipamentos Portuários	15	17
Amortização de Outros Ativos	156	138
Total	464	431

24. Custo de Construção

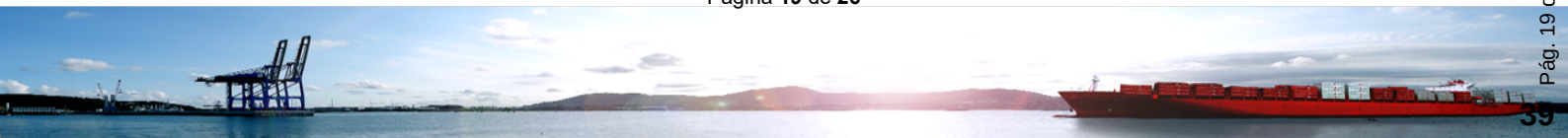
O custo de construção foi reconhecido no exato valor das adições ao ativo intangível da Companhia no exercício social, em igual contrapartida aos valores de receita de construção, nos termos da orientação OCPC 05 e CPC 47, conforme apresentado na nota explicativa 3.4.

25. Despesas com Pessoal

A composição das despesas com pessoal da Companhia, aquela no qual inclui os empregados alocados em setores de administração da Companhia:

	1T2023	1T2022
Salários e Ordenados	1.690	1.027
Remuneração da Administração	365	228
Encargos Sociais	670	453
Provisões de 13º Salário e Férias	435	220
Benefícios	431	406
Total	3.591	2.334

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras



26. Despesas Gerais e Administrativas

O resumo das principais despesas de caráter administrativo da Companhia, estão apresentados a seguir:

	1T2023	1T2022
Serviços de Terceiros	597	512
Consumo de Materiais	132	110
Publicações e Propagandas	289	130
Outras Despesas	20	21
Total	1.038	773

27. Receitas Financeiras

Representa os valores líquidos dos resultados financeiros apurados pela Companhia durante os exercícios, sendo demonstrados conforme quadro abaixo:

	1T2023	1T2022
Rendimentos de Aplicações Financeiras	3.617	2.226
(-) Pis e Cofins sobre Receitas Financeiras	(310)	(105)
Juros e Multas recebidas	3	31
Outras Receitas Financeiras	-	1
Atualização de Tributos a Recuperar	3.038	-
Total	6.348	2.153

28. Tributos Sobre o Lucro

A companhia goza de imunidade tributária do imposto de renda, conforme trânsito em julgado em 19 de outubro de 2022 da ação n. 5002780-94.2016.4.04.7216 junto ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região, em face da União Federal, em razão de suas atividades constituírem serviço público por essência, prevista no art. 150, VI, inciso a, da Constituição Federal de 1998. Desta forma, os valores devidos correspondem a Contribuição Social sobre o lucro líquido - CSLL, apurado pela sistemática do Lucro Real, sendo que em 2021 incluía-se também o IRPJ.

	2023	2022
Resultado antes dos Tributos	10.445	4.263
(+) Adições de Despesas Não Dedutíveis	61	816
(-) Exclusões de Receitas Não Tributáveis	(3.020)	(780)
(=) Base de Cálculo do IRPJ (somente 2022) e CSLL	7.486	4.299
IRPJ (Somente 2022) e CSLL a alíquota de 9%	674	1.456

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras

29. Gestão de Riscos Financeiros

29.1 Considerações Gerais e Políticas

A Companhia possui operações onde são envolvidos instrumentos financeiros, os quais são objeto de registros em contas patrimoniais de modo a reduzir eventual exposição a riscos de moeda e taxas de juros, assim como, manter a sua capacidade de investimentos, objetivando o contínuo crescimento. A administração destes riscos é realizada por meio de políticas, definição de estratégias e implementação de sistemas de controle, que estabelecem limites a processos. Os procedimentos de tesouraria definidos pela política vigente incluem rotinas mensais de projeção, avaliação da Companhia, sobre as quais se fundamenta as decisões tomadas pelo Conselho de Administração. Quanto às aplicações de recursos, a Companhia elege instituições financeiras assim como as quantias aplicadas.

29.2 Fatores de Riscos Financeiros

A atividade da Companhia não está isenta de riscos financeiros, estando ela submetida a riscos de mercado e a risco de crédito. O programa de gestão de risco global da Companhia concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros, por isso busca minimizar eventuais efeitos que sejam nocivos ao seu desempenho. A gestão de risco é realizada pela Administração, que identifica, avalia e protege desses eventuais riscos, estabelecendo princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, risco de taxas de juros, risco de crédito e investimentos de excedentes de caixa. Os métodos de mensuração são os estabelecidos para os pretéritos, salvo eventuais questões que seja destacado em contrário a presente nota.

29.3 Risco de Crédito

O risco de crédito que decorre de caixa e equivalente de caixa, depósitos bancários, créditos de clientes e demais valores a receber é administrado corporativamente pela Companhia. Os limites de riscos individuais são monitorados regularmente e mensurados com base nas classificações internas, ou externas, de acordo com a orientação da diretoria. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício e a administração não espera qualquer perda decorrente de inadimplência.

30. Ativos Contingentes

30.1 Ação de Consignação em Pagamento

Em 2013, a arrendatária Santos Brasil Participações S.A. depositou em juízo os valores devidos relativos à cláusula take or pay do contrato TECON, sendo que os valores atualizados e em

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras



discussão correspondem a aproximadamente R\$ 25.000.000,00 (Vinte e cinco milhões de reais). Existe a possibilidade de liberação judicial à SCPAR Porto de Imbituba S.A. da integralidade destes valores consignados. O processo foi remetido para a Justiça Comum Estadual, em virtude da declaração de incompetência absoluta do Juiz Federal face a exclusão da União do Polo Passivo por inexistência de seu interesse no feito. Atualmente, o número do processo é 0009785-15.2016.8.24.0023, tramitando na 3ª Vara Cível da Capital Florianópolis. O juízo de 1º grau sentenciou em benefício da Companhia Docas de Imbituba, sendo que foram opostos Embargos de Declaração com o objetivo de esclarecer diversos pontos e inconsistências não analisados quando da prolação do juízo de mérito. Estes foram conhecidos e parcialmente providos, mantendo-se a sentença em quase a sua plenitude. Após, foi interposto Recurso de Apelação, além da Estatal, pela Companhia Docas de Imbituba e pela CRB Operações Portuárias S.A. A banca de advogados está focada em provar em juízo que a consignante Santos Brasil Participações S.A. sabia que os valores deveriam, desde o princípio, serem destinadas à SCPAR Porto de Imbituba S.A., devendo a ação ser julgada totalmente improcedente, revertendo-se os valores residuais a esta sociedade. Devemos destacar, no entanto, que quem é parte, em alguns dos processos, é a SC Participações e Parcerias S.A., porém o direito pretendido são valores decorrentes do Convênio de Delegação da SCPAR Porto de Imbituba S.A.

30.2 Imunidade Tributária

Em 19 de outubro de 2022 transitou em julgado a ação n. 5002780-94.2016.4.04.7216 junto ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região, em face da União Federal, em que foi reconhecido a Imunidade Tributária Recíproca da Companhia em relação aos impostos de natureza federal, em razão de suas atividades constituírem serviço público por essência, prevista no art. 150, VI, inciso a, da Constituição Federal de 1988. Desta forma, em 15 de dezembro de 2022, a Diretoria Executiva deliberou para requerer o indébito tributário correspondente aos 5 (cinco) últimos exercícios em que a ação foi proposta, compreendendo os valores de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – IRPJ, uma vez que a partir da competência de abril/2018, os valores foram depositados judicialmente, sendo que os montantes requeridos junto à Receita Federal compreendem o período de dezembro/2012 a março/2018. Assim sendo, a partir do quarto trimestre de 2022, a Companhia deixou de tributar seus resultados em razão da Imunidade Tributária do IRPJ.

31. Passivos Contingentes

31.1 Contingências de Natureza Regulatória

Atualmente existem 6 (seis) processos de natureza regulatória, sendo que a Companhia julga de perda provável os processos sancionadores oferecidos pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários de nº 50300.010010/2019-65 e 50300.011527/2019-71, representando uma possível

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras



perda de R\$ 149.737,55 (Cento e quarenta e nove mil, setecentos e trinta e sete reais e cinquenta e cinco centavos) a Companhia, já reconhecidos no balanço patrimonial conforme nota explicativa n. 15. Os demais 4 (quatro) processos n. 5001184-36.2020.4.04-7216, 50300.004916/2019-41, 50300.015027/2019-17, 50300.006670/2019-41 podem incorrer em perda possível de aproximadamente R\$ 1.284.525,00 (Um milhão, duzentos e oitenta e quatro mil, cinqüentos e vinte e cinco reais), sendo o mais expoente no valor de R\$ 1.000.000,00 (Um milhão de reais) referente ao processo 50300.015027/2019-17 relativo a imposição de penalidade em decorrência de não cumprimento de cláusulas do convênio de delegação n. 01/2012.

31.2 Contingências de Natureza Trabalhista

Atualmente a SCPAR Porto de Imbituba S.A. figura como ré em 17 processos de natureza trabalhista, assim considerados de perda possível ou provável, sendo estes divididos nos principais grupos:

a) FGTS de empregados em comissão: A administração julga como de perda provável as ações 8 (oito) ações trabalhistas oferecidas por ex-empregados, os quais requerem o pagamento de FGTS da época em que ocuparam cargos de provimento em comissão nesta estatal, totalizando um montante estimado de cerca de R\$ 361.877,36 (Trezentos e sessenta e um mil, oitocentos e setenta e sete reais e trinta e seis centavos), os quais estão descrito na nota explicativa nº 15, envolvendo os processos 00000814-58.2019.5.12.0043, 0000815-43.2019.5.12.0043, 0000015.78.2020.5.12.0043, 0000906-07.2017.5.12.0043, 0000609-08.2018.5.12.0029, 0000193-61.2019.5.12.0043, 0000485-46.2019.5.12.0043 e 0000395-04.2020.5.12.0043;

b) Responsabilidade subsidiária de serviços terceirizados: Foi provisionado e reconhecido como de perda provável a quantia aproximada de R\$ 369.773,44 (Trezentos e sessenta e nove mil, setecentos e setenta e três reais e quarenta e quatro centavos) relativos aos processos trabalhistas na contratação de empresas de serviços terceirizados, cuja responsabilidade subsidiária é imputada a SCPAR Porto de Imbituba S.A, conforme autos dos 4 (quatro) processos trabalhistas de n. 0001308-20.2019.5.12.0043, 000047-83.2020.5.12.0043, 0000276-77.2019.5.12.0043 e 00000191-91.2019.5.12.0043.

c) Ação Civil Pública por dano moral coletivo: Trata-se de Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho cujo pedido final é a condenação desta Estatal e de mais 7 (sete) réus em Danos Morais Coletivos e Individuais em decorrência de supostos danos causados à classe trabalhadora quando da transição da Administração da Autoridade Portuária do Porto de Imbituba quando do término da Concessão à empresa privada Companhia Docas de Imbituba e posterior Delegação ao Estado de Santa Catarina. Foi dada à causa o valor de 10 milhões de reais. Houve Sentença de Mérito, condenando a Estatal solidariamente (junto com os demais réus) para a) Declarar a responsabilidade pelos créditos trabalhistas rescisórios dos ex empregados da Companhia Docas de Imbituba; b) pagamento de danos morais individuais de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) para cada ex-empregado do Porto (Companhia Docas); e c) pagamento danos morais

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras



coletivos de 10.000.000,00 (dez milhões de reais); Para fins de cálculos, devemos considerar, no mínimo, 120 pessoas, chegando, portanto, ao valor total de R\$ 13.600.000,00 (treze milhões e seiscentos mil reais) a ser pago pelas partes União, ANTAQ, Estado de Santa Catarina, SC Participações e Parcerias S.A. (holding) e SCPAR Porto de Imbituba S.A. A sentença incorreu em algumas inconsistências que serão atacadas via Embargos de Declaração. Houve a interposição de embargos, posteriormente a interposição de Recurso Ordinário, o qual está aguardando decisão. A jurisprudência do TRT12 (Súmula nº 119) e também do TST se mostram favoráveis ao pleito da defesa da Estatal, no entanto não é possível aferir com precisão o resultado final do processo, sendo considerado de perda possível no valor estimado de R\$ 13.600.000,00 (treze milhões e seiscentos mil reais).

31.3 Suspensão de cláusula *take or pay* do contrato de arrendamento TIEGS

A Arrendatária CRB Operações Portuárias S.A. requer a suspensão da obrigatoriedade de pagamento de cláusula de movimentação mínima contratual na modalidade *take or pay* nos autos do processo 5000017-86.2017.4.04.7216. A sentença foi confirmada pelo TRF4 e o pedido julgado procedente em primeiro grau, estando o processo pendente de julgamento pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região. Atualmente o processo está concluso para decisão, sendo que a consequência deste processo é a não obrigatoriedade de pagamento em caso da não realização da movimentação mínima contratual estabelecida para o arrendamento de granéis sólidos no Porto.

31.4 Reequilíbrio e Suspensão de Cláusula *take or pay* contrato de arrendamento TECON

A empresa Santos Brasil Participações S.A. protocolou pedido administrativo junto ao Ministério da Infraestrutura por intermédio da Secretaria Nacional de Portos, sob nº 00045.002955/2016-51 no ano de 2016, solicitando a recomposição do equilíbrio econômico financeiro do contrato de arrendamento do Tecon Imbituba que possui junto a SCPAR Porto de Imbituba S.A, o qual encontra-se em análise, aguardando seu julgamento definitivo. Esta obrigação, contratualmente prevista, determina que a arrendatária movimente 360.000 (trezentos e sessenta mil) contêineres por ano contratual em seu terminal, e caso não alcance esta meta deve pagar as tarifas referentes a diferença a Autoridade Portuária. A Companhia tem o direito ao recebimento anual de cerca de R\$ 40 Milhões de reais provenientes deste contrato de arrendamento, sendo que o deferindo de tal pedido impactará significativamente nas receitas da autoridade portuária, comprometendo sua lucratividade, seu planejamento e reduzindo o potencial de investimentos desta estatal. Atualmente entendemos que o conceito acerca de prejuízos decorrentes de uma decisão administrativa desfavorável a esta estatal é remoto, em razão da vasta fundamentação e elementos de prova a sustentar o pedido, além de existir parecer jurídico opinando pela improcedência dos pedidos formulados pela arrendatária. Entretanto, no início de 2020, a arrendatária Santos Brasil Participações S.A. ajuizou ação pedido liminar nos autos do processo 1025458-21.2020.4.01.3400

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras



e, obteve êxito no seu pedido formulado e desta forma, a SCPAR Porto de Imbituba está deixando de receber cerca de R\$ 30 (trinta) milhões de reais anualmente à título da parcela de Movimentação Mínima Contratual – MMC em contrato com cláusula “*take or pay*”. As parcelas vencem todos os anos, no quinto dia útil dos meses de maio, junho e julho. Caso não haja reversão da decisão liminar ou ocorra o provimento final dos pedidos, haverá uma redução significativa dos recursos por parte desta Autoridade Portuária. O processo judicial está em sua fase inicial, tendo o juízo de Brasília declinado a competência para julgamento da demanda para a Vara Federal de Laguna/SC em razão da cláusula de eleição de foro prevista no próprio contrato de arrendamento. Quanto à análise, considerando a liminar concedida, entende-se que é possível a condenação da SCPAR Porto de Imbituba S.A. e que, neste caso, além de deixar de receber as parcelas referentes ao MMC do TECON arcará também com custas judiciais e honorários advocatícios.

32. Contabilidade Regulatória aplicável ao Setor Portuário

Em 26 de Dezembro de 2016, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários publicou a Resolução Normativa nº 015-ANTAQ, o qual aprovou a norma que dispõe sobre a criação do manual de contas das autoridades portuárias, como parte do sistema de contabilidade regulatória aplicável ao setor portuário. Com base na resolução, as autoridades portuárias deverão prover os ajustes necessários no decorrer do ano de 2017, para aplicação compulsória a partir do ano de 2018. Dentro das principais práticas estabelecidas no manual de contas, cita-se a adoção de regras de custeio e a criação de um plano de contas padronizado, assim como a adoção de critérios de depreciação e amortização dos bens registrados pela Companhia de acordo com as orientações propostas no referido manual. A Companhia apresenta suas demonstrações de acordo com as regras contábeis vigentes no Brasil, em especial as Normas Internacionais de Contabilidade, sendo que as informações nas regras estabelecidas pela agência reguladora são apresentadas em demonstração preparada especificamente para esta finalidade.

33. Política de Distribuição de dividendos

A política de distribuição de dividendos inclui as regras estabelecidas no convênio de Delegação nº 01/2012 em sua Cláusula terceira, parágrafo terceiro, assim como a política de distribuição de dividendos aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia. A importância a ser creditada a título de dividendos não poderá ser superior ao mínimo legal, conforme previsto nos artigos 109, I, 201 e 202 da Lei 6.404/1976. Neste caso a política de distribuição de lucros equivale ao percentual de 25% do lucro líquido apurado no ano calendário, sendo transferido o recurso ao acionista até 30 de Abril do ano subsequente. Entretanto o recurso distribuído a título de dividendos somente será aplicado em ações que reverterão em desenvolvimento ou melhoria das atividades do Porto, mediante aprovação prévia do Poder Delegante.

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras



34. Transações com Partes Relacionadas

As transações com partes relacionadas compreendem os dividendos destinados ao acionista único SC Participações e Parcerias S.A., conforme demonstrado na nota explicativa nº 18 e a cessão de empregados a Companhia. A SCPAR Porto de Imbituba S.A. mantém uma política de transações com partes relacionadas aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia de acordo com os preceitos estabelecidos na Lei Federal 13.303 de 2016.

35. Cobertura de Seguros

A Companhia possui, por força do convênio de delegação, um contrato de seguro para responsabilidade civil dos operadores portuários com a seguradora Liberty Seguros, cuja vigência compreende o período de 15 de maio de 2022 a 15 de maio de 2023, tendo assegurado as coberturas para responsabilidade civil até o limite de garantia de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) e responsabilidade civil do empregador com extensão para o Orgão Gestor de Mão de Obra – OGMO com garantia até o limite de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) com franquias de até 10% (dez por cento) dos prejuízos registrados. Contempla ainda a cobertura para danos físicos a bens móveis e imóveis até o limite de garantia de R\$ 13.645.509,90 (Treze milhões, seiscentos e quarenta e seis mil, quinhentos e nove reais e noventa centavos) nos exatos termos consignados na Apólice de Seguro de n. 17-93.2022.0000250.

36. Eventos Subsequentes

A Companhia julga não haver eventos subsequentes que modifiquem de forma representativa as demonstrações financeiras apresentadas, considerando para efeitos de julgamento a data de 5 de junho de 2023.

Luis Antônio Braga Martins

Diretor Presidente

Alexandre Pinter

Diretor de Gestão e Finanças

Christiano Lopes de Oliveira

Diretor de Assuntos Regulatórios e Jurídicos

José João Tavares

Diretor de Infraestrutura e Operações

Izabel da Fonseca Cavalcante

Diretora de Planejamento e *Compliance*

Elivelton Luiz Doré

Contador CRCSC 37.889/00

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras





Assinaturas do documento



Código para verificação: **34QZF25G**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



ELIVELTON LUIZ DORÉ (CPF: 079.XXX.439-XX) em 06/06/2023 às 07:32:58

Emitido por: "SGP-e", emitido em 21/02/2019 - 17:42:53 e válido até 21/02/2119 - 17:42:53.

(Assinatura do sistema)



LUÍS ANTÔNIO BRAGA MARTINS (CPF: 663.XXX.687-XX) em 06/06/2023 às 09:32:47

Emitido por: "SGP-e", emitido em 05/08/2020 - 14:41:41 e válido até 05/08/2120 - 14:41:41.

(Assinatura do sistema)



ALEXANDRE PINTER (CPF: 031.XXX.849-XX) em 06/06/2023 às 09:33:37

Emitido por: "SGP-e", emitido em 27/02/2019 - 18:48:55 e válido até 27/02/2119 - 18:48:55.

(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/UEINQI8xMzc3MV8wMDAwMTk1NV8xOTU3XzlWmjNfMzRRWkYyNUc=> ou o site

<https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **PIMB 00001955/2023** e o código **34QZF25G** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.

CARTA DE REPRESENTAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

Imbituba-SC, 6 de junho de 2023.

A
CONSULT AUDITORES INDEPENDENTES
Rua Mateus Leme, 2004
Curitiba – Paraná

Esta carta de representação é fornecida em relação à sua revisão do balanço patrimonial da SCPAR Porto de Imbituba S/A, em **31 de março de 2023**, e das respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre findo naquela data, incluindo o resumo das políticas contábeis significativas e outras notas explicativas. Essa revisão tem como objetivo possibilitar a Vossas Senhorias expressar uma conclusão quanto ao conhecimento de algum fato que os leve a acreditar que as informações intermediárias não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da SCPAR Porto de Imbituba S/A, em 31 de março de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Reconhecemos nossa responsabilidade pela apresentação adequada das informações intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) Demonstração Intermediária, emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Confirmamos, com base em nosso melhor conhecimento e julgamento, as seguintes representações:

As informações intermediárias acima mencionadas foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) Demonstração Intermediária, emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as práticas contábeis adotadas no Brasil [indicar estrutura de relatório financeiro aplicável].

Disponibilizamos todos os livros contábeis e documentação comprobatória e todas as atas das reuniões da Diretoria, do Conselho Fiscal, do Conselho de Administração e da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária.

Não existem transações relevantes que não tenham sido adequadamente registradas nos registros contábeis que suportam as informações intermediárias.

Não houve nenhum não cumprimento real ou possível de leis e regulamentos que poderiam ter efeito relevante nas informações intermediárias no caso de não cumprimento.

Reconhecemos nossa responsabilidade pelo planejamento e implementação do controle interno para evitar e detectar fraude e erro.

Divulgamos para Vossas Senhorias todos os fatos significativos relacionados com quaisquer fraudes ou suspeitas de fraude conhecidas que possam ter afetado a entidade.

Divulgamos para Vossas Senhorias os resultados de nossa avaliação do risco de que as informações intermediárias podem apresentar distorção relevante como resultado de fraude.

Acreditamos que os efeitos das distorções não ajustadas, são irrelevantes, tanto individualmente como no agregado, para as informações intermediárias tomadas em conjunto.

Confirmamos a integridade das informações fornecidas para Vossas Senhorias referentes à identificação das partes relacionadas.

As seguintes informações foram adequadamente registradas e, quando apropriado, adequadamente divulgadas nas informações intermediárias:

- transações com partes relacionadas, incluindo vendas, compras, empréstimos, transferências, acordos de arrendamento mercantil e garantias, assim como os valores a receber ou a pagar de partes relacionadas;
- garantias, por escrito ou verbais, pelas quais a entidade é contingentemente responsável; e
- acordos e opções de recompra de ativos vendidos anteriormente.

A apresentação e a divulgação das mensurações do valor justo de ativos e passivos estão de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) Demonstração Intermediária, emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As premissas utilizadas refletem nossa intenção e capacidade de executar os cursos de ação específicos em nome da entidade que são relevantes para a mensuração ou a divulgação do valor justo.

Não temos planos ou intenções que possam afetar de forma relevante o valor contábil ou a classificação dos ativos e passivos refletidos nas informações intermediárias.

Não temos planos de descontinuar linhas de produto ou outros planos ou intenções que resultarão em qualquer estoque em excesso ou obsoleto, e nenhum estoque está demonstrado por valor superior ao valor de realização.

A entidade possui a propriedade de todos os seus ativos e estes estão livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou gravames.

Registramos ou divulgamos, conforme apropriado, todos os passivos, reais e contingentes.

Confirmamos que os consultores jurídicos que cuidam de litígios tributários, cíveis, trabalhistas e/ou vinculados a outros ramos do direito, a favor ou contra a Companhia, são exclusivamente os advogados do corpo jurídico interno da própria SCPAR Porto de Imbituba S/A.

Com base em nosso melhor conhecimento e julgamento, não ocorreu nenhum evento após a data do balanço patrimonial e até a data desta carta que possa exigir ajuste ou divulgação nas informações intermediárias acima mencionadas.

Luis Antônio Braga Martins
Diretor Presidente

Alexandre Pinter
Diretor de Gestão e Finanças

Elivelton Luiz Doré
Contador CRCSC: 37.889/O-0



Assinaturas do documento



Código para verificação: **F60KP2T0**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



ELIVELTON LUIZ DORÉ (CPF: 079.XXX.439-XX) em 06/06/2023 às 07:32:58

Emitido por: "SGP-e", emitido em 21/02/2019 - 17:42:53 e válido até 21/02/2119 - 17:42:53.

(Assinatura do sistema)



LUÍS ANTÔNIO BRAGA MARTINS (CPF: 663.XXX.687-XX) em 06/06/2023 às 09:32:47

Emitido por: "SGP-e", emitido em 05/08/2020 - 14:41:41 e válido até 05/08/2120 - 14:41:41.

(Assinatura do sistema)



ALEXANDRE PINTER (CPF: 031.XXX.849-XX) em 06/06/2023 às 09:33:37

Emitido por: "SGP-e", emitido em 27/02/2019 - 18:48:55 e válido até 27/02/2119 - 18:48:55.

(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/UEINQI8xMzc3MV8wMDAwMTk1NV8xOTU3XzlwMjNfRjYwS1AyVDA=> ou o site <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **PIMB 00001955/2023** e o código **F60KP2T0** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.

Curitiba, 06 de junho de 2023.

Aos
Diretores e Administradores da
SCPAR Porto de Imbituba S/A
Imbituba-SC

RELATÓRIO DE AUDITORIA - 1º TRIMESTRE/2023

Servirmo-nos do presente para encaminhar a V.Sas. nosso relatório circunstanciado de auditoria, referente ao 1º trimestre de 2023.

Nossas análises abrangeram a avaliação dos procedimentos contábeis, por amostragem, adotados pela Companhia, e realizados de acordo com as normas de auditoria, incluindo provas nos registros contábeis e exame da documentação comprobatória, na base de testes seletivos, na extensão que julgamos necessária segundo as circunstâncias.

Alguns aspectos que julgamos relevantes estão expostos neste relatório, que é estritamente confidencial e tem como única finalidade sua apreciação e discussão com o destinatário, o que desautoriza e torna ilegal, nos termos do art. 410 do Código de Processo Civil - CPC, Lei nº 13.105/15, seu uso para qualquer outro fim.

Ressaltamos que o trabalho foi realizado em contas específicas do plano de contas da Companhia, envolvendo a parte contábil e de controles internos.

Atenciosamente,

Paulo Sergio da Silva
SÓCIO DA AUDITORIA



CONSULT AUDITORES

ÍNDICE

PARTE I – REGISTROS CONTÁBEIS.....	4
1 ATIVO.....	4
1.1 Caixa	4
1.2 Bancos Conta Movimento	4
1.3 Aplicações Financeiras.....	4
1.4 Contas a Receber.....	4
1.5 Estoques	5
1.6 Despesas Antecipadas.....	5
1.7 Outras Contas a Receber	6
1.8 Tributos a Recuperar	6
1.9 Ativo Realizável a Longo Prazo	6
1.10 Ativo Intangível.....	8
2 PASSIVO.....	9
2.1 Fornecedores.....	9
2.2 Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	10
2.3 Obrigações Tributárias	10
2.4 Outras Obrigações.....	11
2.5 Provisões para Contingências e Obrigações Tributárias Suspensas.....	11
2.6 Patrimônio Líquido.....	12
3 RESULTADO DO EXERCÍCIO	13
3.1 Deduções da Receita Bruta	13
3.2 Custo dos Serviços Portuários Prestados	14
3.3 Despesas Administrativas	14
3.4 Receitas e Despesas Financeiras	14
3.5 Tributos sobre o Lucro	14
4 COMENTÁRIOS GERAIS SOBRE AUDITORIA DE CONTROLES INTERNOS OPERACIONAIS	15
4.1 Tributos	15
4.2 Estoques	15
4.3 Ativo Intangível.....	15



CONSULT AUDITORES

5 FOLLOW UP – RECOMENDAÇÕES REALIZADAS EM RELATÓRIO REFERENTE AO 3º TRIMESTRE DE 2022	16
5.1 Conciliação dos Depósitos Judiciais com os Extratos Bancários.....	16
5.2 Destinação do Saldo Excedente de Reservas de Lucros.....	16
5.3 Registro das Notas Fiscais de Gastos com Prestação de Serviços	17
PARTE II – CONCLUSÃO	17



CONSULT AUDITORES

PARTE I – REGISTROS CONTÁBEIS

1 ATIVO

1.1 Caixa

A conta caixa apresenta saldo de R\$ 4.821,18 (R\$ 1.790,56 em 31/DEZ/22), conforme os registros do balancete da Companhia.

Analizamos o saldo do boletim caixa em 31/MAR/23, comparamos com os saldos do balancete contábil e não encontramos divergências.

1.2 Bancos Conta Movimento

O grupo de bancos conta movimento não apresenta saldo, especificamente na data-base 31/MAR/23, conforme os registros do balancete da Companhia.

1.3 Aplicações Financeiras

Conforme os registros do balancete da Companhia, o grupo de aplicações financeiras em 31/MAR/23 apresenta os seguintes saldos:

Conta	Descrição	Em Reais	
		31/MAR/23	31/DEZ/22
1.1.01.003.001.53	Banco do Brasil	29.665.837,62	27.127.036,47
1.1.01.003.001.63	Caixa Econômica Federal	86.614.072,22	84.293.575,94
Total		116.279.909,84	111.420.612,41

Efetuamos o confronto dos saldos e dos lançamentos dos extratos de aplicação com os registros e os saldos da razão contábil das contas de aplicação, como também das contas de receitas e de despesas financeiras, e não encontramos divergências.

1.4 Contas a Receber

O grupo de contas a receber apresenta saldo de R\$ 3.614.183,99 (R\$ 4.013.443,31 em 31/DEZ/22), conforme os registros do balancete da Companhia.

Fizemos a verificação, por amostragem, de alguns documentos que compõem o saldo da conta, confrontamos com o registro contábil na conta de receitas, comparamos o relatório de faturamento do 1º trimestre de 2023 com o total das receitas registradas na competência e não identificamos divergências.



CONSULT AUDITORES

Com base na análise dos vencimentos dos títulos em aberto, não identificamos títulos vencidos, logo não há necessidade de contabilização de provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa – PECLD.

Consta na composição do contas a receber o montante de R\$ 107.238.030,60 (R\$ 107.238.030,60 em 31/DEZ/22) da Santos Brasil Participações S/A, com respectiva conta redutora de mesmo valor, visto que em 29/ABR/20 a arrendatária Santos Brasil Participações logrou êxito em seu pedido liminar nos autos do processo nº 1025458-21.2020.4.01.3400, junto à 1ª Vara Federal Cível da SJDF, para suspender os efeitos da cobrança de valores a título de cláusula *take or pay* junto ao arrendamento do terminal de contêineres.

Dessa forma, considerando o princípio da prudência, apresenta-se os valores a receber a esse título, tendo igual quantia registrada como conta redutora, uma vez que não há garantias de seu efetivo recebimento. Quanto ao procedimento contábil adotado pela Companhia, este é considerado adequado.

Outros exames de auditoria para validação dos demais controles internos operacionais relacionados ao contas a receber serão realizados no trabalho de auditoria do 2º trimestre de 2023.

1.5 Estoques

Conforme os registros do balancete da Companhia, o grupo de contas de estoques em 31/MAR/23 apresenta os seguintes saldos:

Conta	Descrição	Em Reais	
		31/MAR/23	31/DEZ/22
1.1.08.001.001.504	Material de Expediente	26.488,28	25.729,59
1.1.08.001.002.505	Material de Limpeza	46.331,47	41.933,53
1.1.08.001.004.507	Material de Manutenção Tecnológica	328.434,14	312.640,94
1.1.08.001.004.508	Material de Manutenção Elétrica	621.425,79	556.163,42
1.1.08.001.004.509	Material de Manutenção Civil	274.765,36	277.366,76
1.1.08.001.004.511	Material de Saúde e ST	70.545,92	63.275,22
Total		1.367.990,96	1.277.109,46

Procedemos à análise dos estoques por meio do confronto dos saldos dos relatórios de inventário com os saldos das respectivas contas contábeis e não identificamos divergências.

1.6 Despesas Antecipadas

O grupo de despesas antecipadas apresenta saldo de R\$ 44.873,48 (R\$ 120.607,19 em 31/DEZ/22), especificamente relativo a seguros a apropriar, conforme os registros do balancete da Companhia.

Analizamos o controle interno dos seguros a apropriar, com suas respectivas apólices, que se referem a prêmios de seguros de veículos e de responsabilidade civil, e não identificamos divergências.

1.7 Outras Contas a Receber

Conforme os registros do balancete da Companhia, o grupo de outras contas a receber (ativo circulante) em 31/MAR/23 apresenta os seguintes saldos:

Conta	Descrição	Em Reais	
		31/MAR/23	31/DEZ/22
1.1.04.015.002.313	Adiantamento de Férias	10.077,30	37.142,03
1.1.04.015.003.314	Adiantamento 13º Salário	25.228,86	3.317,10
Total		35.306,16	40.459,13

Confrontamos as contas de adiantamentos de férias e 13º salário com os relatórios de composição dos saldos, nos quais não continham valores pendentes há longa data, sendo assim, não identificamos divergências.

1.8 Tributos a Recuperar

Conforme os registros do balancete da Companhia, o grupo de tributos a recuperar em 31/MAR/23 apresenta os seguintes saldos:

Conta	Descrição	Em Reais	
		31/MAR/23	31/DEZ/22
1.1.04.021.010.392	IRRF aplicações financeiras	2.913.145,04	2.340.071,64
Total		2.913.145,04	2.340.071,64

Em relação ao IRRF aplicações financeiras, foram encaminhados documentos das instituições financeiras que validam os valores contabilizados.

1.9 Ativo Realizável a Longo Prazo

Conforme os registros do balancete da Companhia, o grupo de ativo realizável a longo prazo em 31/MAR/23 apresenta os seguintes saldos:



CONSULT AUDITORES

Conta	Descrição	Em Reais	
		31/MAR/23	31/DEZ/22
1.2.02.003.001.4934	Depósitos Judiciais Trabalhistas	282.580,71	490.203,62
1.2.02.003.001.4936	Depósitos Recursais	36.966,10	305.164,70
1.2.02.003.001.4937	Depósitos Judiciais Tributários	102.913,41	102.913,41
1.2.02.003.001.4998	Depósitos Judiciais ANTAQ	490.203,62	36.966,10
1.2.02.003.004.4949	Depósito Judicial Imposto de Renda	37.704.668,55	37.704.668,55
1.2.02.003.004.4950	Atualização - Depósito Judicial IR	8.292.457,71	7.082.137,85
1.2.02.007.001.828	IRPJ Imunidade Tributária - Principal	28.364.790,78	28.364.790,78
1.2.02.007.001.829	IRPJ Imunidade Tributária - Selic	15.541.152,94	13.714.218,11
Total		90.815.733,82	87.801.063,12

Para a conta de depósitos judiciais trabalhistas, recursais, tributários e ANTAQ, analisamos sua devida composição, na qual não identificamos divergências.

A conta de depósitos judiciais imposto de renda se refere ao montante depositado judicialmente pela Companhia, desde ABR/18, conforme ação declaratória em face da União Federal nº 5002780-94.2016.4.04.7216, junto ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região, para reconhecimento de imunidade tributária.

Com relação aos saldos de atualização dos depósitos judiciais Imposto de Renda, verificamos a planilha de cálculo e as contabilizações efetuadas, sem identificar divergências.

Em 19/OUT/22, a Companhia obteve êxito na referida ação em relação ao reconhecimento de imunidade tributária recíproca dos impostos federais incidentes sobre sua atividade. Com isso, a administração realizou o levantamento dos créditos referentes aos 05 anos anteriores à propositura da ação relativos aos valores recolhidos a título de Imposto de Renda.

O resultado deste levantamento foi contabilizado na conta "IRPJ Imunidade Tributária – Principal" e a atualização do saldo na conta "IRPJ Imunidade Tributária – Selic". Ambos registros tiveram como contra partida o resultado do exercício de 2022. Para o exercício de 2023, verificamos o cálculo da atualização com base nos juros Selic e não identificamos problemas.

Recomendação:

Não obstante a Administração ter efetuado o confronto com o extrato e contabilizar a atualização dos depósitos judiciais relacionados ao Imposto de Renda, recomendamos que o mesmo procedimento seja implantado para as demais contas de depósitos.

Comentários da Administração 4º trimestre 2022:

A Companhia está realizando o levantamento dos demais créditos depositados judicialmente nos autos do processo SGPE PIMB 3.733/2021, sendo que a parcela de maior relevância se refere a ação de Imunidade Tributária, cujo reconhecimento da atualização SELIC vem sendo realizada mensalmente. Quanto aos valores identificados na atualização do pedido de habilitação de crédito, este foi devidamente corrigido conforme fls. 104-106 do SGPE PIMB 4.077/2022 e será oportunamente protocolado junto a Receita Federal do Brasil.

Comentários da Administração 1º trimestre 2023:

A Companhia está realizando o levantamento dos demais créditos depositados judicialmente nos autos do processo SGPE PIMB 3.733/2021, sendo que a parcela de maior relevância se refere a ação de Imunidade Tributária, cujo reconhecimento da atualização SELIC vem sendo realizada mensalmente.

1.10 Ativo Intangível

Conforme os registros do balancete da Companhia, o grupo de ativo intangível em 31/MAR/23 apresenta os seguintes saldos:

Conta	Descrição	Em Reais	
		31/MAR/23	31/DEZ/22
1.2.05.001.001.1400	Infraestrutura Marítima	3.143.082,98	3.143.082,98
1.2.05.001.002.1401	Infraestrutura Acostagem	7.059.427,41	7.059.427,41
1.2.05.001.003.1402	Infraestrutura Terrestre	10.513.333,54	10.513.333,54
1.2.05.001.004.1403	Infraestrutura de Armazenagem	2.573.423,62	2.573.423,62
1.2.05.001.005.1404	Equipamentos Portuários	1.739.652,26	1.465.793,09
1.2.05.001.006.1405	Administração	11.258.878,85	10.834.089,90
1.2.05.007.001.1380	Direitos sobre Software	141.416,90	141.416,90
1.2.05.002.1320	Investimentos Convênio Delegação	7.050.535,35	5.865.221,93
1.2.05.008.1301	(-) Amortização Acumulada	(8.935.021,82)	(8.471.459,57)
Total		34.544.729,09	33.124.329,80

Confrontamos as contas contábeis de intangível com o respectivo controle patrimonial de bens, analisamos alguns documentos de aquisições ocorridas no período de JAN/23 a MAR/23, por amostragem, e fizemos o recálculo da amortização registrada no resultado do exercício.

Análises adicionais/operacionais no ativo intangível estão mencionadas no item 4.3 deste relatório.



CONSULT AUDITORES

2 PASSIVO

2.1 Fornecedores

O grupo de fornecedores apresenta saldo de R\$ 1.328.271,77 (R\$ 985.006,98 em 31/DEZ/22), conforme os registros do balancete da Companhia.

Confrontamos o saldo contábil de contas a pagar com o relatório de composição do financeiro e não identificamos divergências. Não identificamos saldos vencidos há longa data com base em 31/MAR/23.

Também, com base na relação de contratos vigentes e licitações realizadas em 2023, efetuamos uma amostragem de 03 contratos e 03 processos licitatórios para análise documental. Os itens selecionados são os seguintes:

Contratos					
Número	Objeto	Data	Empresa Contratada	Valor em Reais	Vigência
010/2023	Montagem Stand Intermodal	17/02/2023	Maria Cristina Peduti Vicentini	252.200,00	16/05/2023
013/2023	Aquisição de materiais diversos para instalações e manutenções prediais	23/02/2023	Infantaria Comercial Eireli	683.717,45	22/02/2024
015/2023	Base de emergência ambiental - Prontidão ambiental	28/02/2023	Oceanpact Serviços Marítimos S.A.	20.742.766,34	27/02/2028

Licitações						
SGPE	Data Entrada	Data Sessão	Nº Licitação BB	Edital	Objeto	Valor de Referência
4000/2022	07/11/2022	04/01/2023	977254	044/2022	Contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção elétrica preventiva	3.400.585,29
4182/2022	17/11/2022	10/01/2023	978748	046/2022	Aquisição, sob demanda, de material e equipamentos para instalações e manutenção elétricas.	1.918.085,02
3380/2022	23/11/2022	10/02/2023	983438	004/2023	Contratação de serviços especializados de dragagem para manutenção da profundidade	54.558.000,00

Analisamos os contratos e os documentos dos processos licitatórios selecionados e não identificamos divergências.

Outros exames de auditoria para validação dos demais controles internos operacionais relacionados ao contas a pagar serão realizados no trabalho de auditoria do 2º trimestre de 2023.



CONSULT AUDITORES

2.2 Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias

Conforme os registros do balancete da Companhia, o grupo de obrigações trabalhistas e previdenciárias em 31/MAR/23 apresenta os seguintes saldos:

Conta	Descrição	Em Reais	
		31/MAR/23	31/DEZ/22
2.1.07.001.001	Obrigações com Pessoal	1.357.398,08	1.080.878,04
2.1.07.003.001	Obrigações Previdenciárias	783.044,17	412.249,68
2.1.07.005.002	Provisões de Férias e 13º Salário	2.121.731,83	1.464.412,79
Total		4.262.174,08	2.957.540,51

Na conta de obrigações com pessoal, confrontamos os valores do balancete com o resumo da folha de pagamento e/ou relatório auxiliar de composição e não identificamos divergências.

Na conta de obrigações previdenciárias, confrontamos o resumo da folha de pagamento com as respectivas guias de recolhimento, fizemos o recálculo da base de INSS e FGTS e não identificamos divergências.

Na conta de obrigações com férias e 13º salário, confrontamos com os respectivos relatórios de provisões e não identificamos divergências.

Outros exames de auditoria para validação dos demais controles internos operacionais relacionados à folha de pagamento serão realizados no trabalho de auditoria do 3º trimestre de 2023.

2.3 Obrigações Tributárias

Conforme os registros do balancete da Companhia, o grupo de obrigações tributárias em 31/MAR/23 apresenta os seguintes saldos:

Conta	Descrição	Em Reais	
		31/MAR/23	31/DEZ/22
2.1.05.001.001.1547	ISS a Recolher	377.608,52	308.881,65
2.1.05.001.001.1552	COFINS a Recolher	506.165,33	1.177.867,03
2.1.05.001.001.1553	CSLL a Recolher	673.767,80	189.105,92
2.1.05.001.001.1556	PIS a Recolher	105.261,27	207.611,18
2.1.05.003.001.1580	IRRF Retido a Recolher	29.278,69	21.011,76
2.1.05.003.001.1581	INSS Retido a Recolher	101.804,77	96.976,60
2.1.05.003.001.1582	ISS Retido a Recolher	90.043,72	90.913,57
2.1.05.003.001.4915	CSRF Retido a Recolher	102.577,04	87.447,83
Total		1.986.507,14	2.179.815,54

Para todas as contas da composição acima, verificamos o respectivo recolhimento subsequente do saldo e confrontamos os valores apurados de CSLL, PIS e Cofins com os controles internos de apuração, para o período de JAN/23 a MAR/23.

Análises adicionais/operacionais nos tributos estão mencionadas no item 4.1 deste relatório.

2.4 Outras Obrigações

Conforme os registros do balancete da Companhia, o grupo de outras obrigações em 31/MAR/23 apresenta os seguintes saldos:

Conta	Descrição	Em Reais	
		31/MAR/23	31/DEZ/22
2.1.09.002.001.5089	Garantias contratuais	134.734,80	134.734,80
2.1.09.002.004.1791	Fertilizantes Santa Catarina Ltda - Reequilíbrio	4.843.308,79	6.577.116,60
2.1.11.001.002.4978	SC Participações e Parcerias S.A.	31.583.680,83	31.583.680,83
Total		36.561.724,42	38.295.532,23

Na conta de garantias contratuais, confrontamos o saldo com o respectivo controle interno de composição. Verificamos que a conta se refere a valores retidos pela Companhia, de seus fornecedores de bens e serviços, conforme previsão contratual, que somente serão devolvidos aos credores no final do contrato, caso não exista o descumprimento de nenhuma obrigação por parte do fornecedor, durante a vigência do contrato. Não identificamos divergências nas análises.

Com relação à conta SC Participações e Parcerias S.A., o saldo refere-se aos dividendos obrigatórios a pagar para a única acionista da Companhia. Parte do saldo, R\$ 5.815.911,85, é referente aos dividendos dos exercícios de 2020 e 2021 que não foram pagos, e o restante, R\$ 25.767.768,98, aos dividendos obrigatórios do exercício de 2022.

O saldo de R\$ 4.843.308,79, da conta Fertilizantes Santa Catarina Ltda, refere-se ao impacto financeiro do reequilíbrio econômico do contrato TERFER, processo 50300.008257/2018-31, publicado no DOU em 21/DEZ/22. O saldo é descontado dos débitos futuros que a Fertilizantes Santa Catarina deverá ao Porto de Imbituba pela prestação de serviços. Verificamos os documentos referentes às baixas realizadas no saldo no 1º trimestre de 2023, sem divergências.

2.5 Provisões para Contingências e Obrigações Tributárias Suspensas

Conforme os registros do balancete da Companhia, o grupo de provisões para contingências em 31/MAR/23 apresenta os seguintes saldos:

Conta	Descrição	Em Reais	
		31/MAR/23	31/DEZ/22
2.2.02.002.001.7076	Contingências de natureza regulatória	160.325,00	136.125,00
2.2.02.002.001.7075	Contingências de natureza trabalhista	521.426,49	556.306,86
2.2.02.002.001.7077	Contingências de natureza tributária	80.088,72	80.088,72
2.2.02.002.001.7078	Contingências de natureza cível	20.295,00	20.295,00
Total		782.135,21	792.815,58

Confrontamos os saldos de 31/MAR/23 com a posição atualizada de contingências trabalhistas, cíveis, tributárias e regulatórias, e não identificamos divergências.

2.6 Patrimônio Líquido

Conforme os registros do balancete da Companhia, o grupo de patrimônio líquido em 31/MAR/23 apresenta os seguintes saldos:

Conta	Descrição	Em Reais	
		31/MAR/23	31/DEZ/22
2.4.01.001.2348	Capital social integralizado	50.000,00	50.000,00
2.4.03.007.001.2486	Reserva legal	10.000,00	10.000,00
2.4.03.007.003.2488	Reserva de lucros	204.639.880,94	194.868.775,78
Total		204.699.880,94	194.928.775,78

Alertamos que a Companhia apresenta saldo das reservas de lucros excedente ao capital social integralizado. Durante o exercício de 2022, constatamos que houve o debate interno para a resolução da questão.

Em 07/JUL/22 foi publicado no DOU o Acórdão nº 373/22 da ANTAQ, referente à consulta realizada pela Companhia, sobre o aumento de capital, onde obteve autorização do órgão para elevar seu capital social sem restrições regulatórias. No dia 24/OUT/22, foi realizada uma Assembleia Geral Extraordinária, cuja primeira ordem do dia era o aumento e integralização do Capital Social mediante incorporação do saldo contido nas Reservas de Lucros. Conforme ata, a deliberação da referida ordem foi suspensa por ora.

Constatamos que na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 28/ABR/23 houve a seguinte deliberação do acionista único:

"Sobre a questão relacionada ao Capital Social da SCPAR e suas subsidiárias, especialmente sobre a adequação do Capital Social da SCPAR Porto de Imbituba, esta Assembleia deliberou pela determinação para que a administração da Companhia elabore estudo indicando a melhor forma de viabilizar o aumento do Capital Social".



CONSULT AUDITORES

Importante frisar que durante o exercício de 2022, a administração realizou o estudo necessário e recebeu a devida autorização da Antaq para realizar o aumento de capital sem restrições regulatórias, portanto, resta somente a decisão final do acionista para a efetivação do aumento.

Recomendação:

De acordo com o art. 199 da Lei nº 6.404/76, alterada pela Lei nº 11.638/07, o saldo das reservas de lucros, exceto para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Atingindo esse limite, a assembleia deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização, ou no aumento do capital social, ou na distribuição de dividendos.

Comentários da Administração 4º trimestre 2022:

Foi realizada Assembleia Geral Extraordinária no dia 24 de outubro de 2022 para deliberar sobre o respectivo aumento do capital social da companhia, sendo decidido, por ora, sobrestar a deliberação acerca do item, conforme processos SGPE PIMB 2.314/2021 e SGPE PIMB 3.939/2022"MB 3.939/2022.

Comentários da Administração 1º trimestre 2023:

A administração está avaliando junto aos acionistas a resolução desta demanda o mais célere possível.

3 RESULTADO DO EXERCÍCIO

3.1 Deduções da Receita Bruta

O grupo de deduções da receita bruta (4.1.03) apresenta saldo de R\$ 4.283.330,76, conforme os registros do balancete da Companhia.

Fizemos o recálculo dos valores apurados de PIS/Cofins, pelo regime não cumulativo, referentes a MAR/23, e não identificamos divergências.

Em 17/JAN/22 foi proferida a decisão da ação (nº 5002994-12.2021.4.04.7216/SC), ajuizada em face da União, pela qual a Companhia postula, em sede de tutela provisória de urgência, a consignação dos valores relativos à diferença de valor entre o recolhimento das contribuições de PIS/Cofins pelos regimes cumulativo e não cumulativo, manutenção até o trânsito em julgado, da apuração pelo regime não cumulativo e, por fim, requer que a União seja proibida de adotar qualquer medida de cobrança ou inscrição em dívida ativa ou no cadastro de inadimplentes.

O juiz mencionou em sua decisão que, com relação à manutenção no regime de incidência não cumulativa, não haveria como ser diferente, posto que não há, até o presente momento, certidão de trânsito em julgado do processo referente à imunidade e indeferiu o pedido de tutela provisória de urgência no tocante à

proibição da União em promover a inclusão do nome da Companhia no cadastro de inadimplentes.

Face ao trânsito em julgado da ação que reconheceu a imunidade da Companhia, o cenário processual deve ser modificado de forma favorável às suas pretensões.

3.2 Custo dos Serviços Portuários Prestados

O grupo de custo dos serviços portuários prestados (5.1.01) apresenta saldo de R\$ 9.397.677,42, conforme os registros do balancete da Companhia.

Selecionamos documentos e notas fiscais, por amostragem, e verificamos os saldos de seguros e amortizações apropriados no resultado do período auditado, não identificando divergências.

3.3 Despesas Administrativas

O grupo de despesas administrativas (5.7.03) apresenta saldo de R\$ 4.629.212,29, conforme os registros do balancete da Companhia.

Selecionamos documentos e notas fiscais, por amostragem, e não identificamos divergências.

3.4 Receitas e Despesas Financeiras

O grupo de receitas e despesas financeiras (5.7.11) apresenta saldo de R\$ 6.329.832,47, conforme os registros do balancete da Companhia.

Fizemos a verificação dos valores contabilizados como receitas, com aqueles movimentados nas contas de aplicações financeiras, para o período de MAR/23, e não identificamos divergências.

3.5 Tributos sobre o Lucro

O grupo de impostos sobre o lucro (6.1.02) apresenta saldo de R\$ 673.767,80, conforme os registros do balancete da Companhia.

Fizemos o recálculo dos valores apurados de CSLL, pelo regime do lucro real trimestral, referentes ao 1º trimestre/23, e não identificamos divergências.



CONSULT AUDITORES

4 COMENTÁRIOS GERAIS SOBRE AUDITORIA DE CONTROLES INTERNOS OPERACIONAIS

Sem prejuízo da aplicação de procedimentos exigidos pelas normas de auditoria, os trabalhos de revisão das informações contábeis intermediárias trimestrais, de acordo com o cronograma de execução dos trabalhos, abrangeram:

4.1 Tributos

Verificamos o respectivo recolhimento subsequente dos tributos apurados de JAN/23 a MAR/23, confrontamos os valores apurados de ISS, CSLL, PIS e Cofins com os controles internos de apuração e fizemos o recálculo dos referidos tributos. O trabalho de auditoria de tributos também compreendeu o respectivo exame das obrigações acessórias mensais e cumprimento dos prazos de entrega.

Fizemos a seleção, por amostragem, de algumas notas fiscais de prestação de serviços, com o objetivo de avaliar a adequacidade das retenções de INSS, IRRF, ISS e CSRF, e não identificamos divergências.

Com relação ao ISS, temos conhecimento de empresas que exercem atividade de serviços portuários que obtiveram sucesso no reconhecimento da imunidade também para este imposto. Com isso, é importante que a Administração avalie com o departamento jurídico da Companhia, a possibilidade de iniciar uma ação com este objetivo.

4.2 Estoques

Procedemos à análise dos estoques por meio do confronto dos saldos dos relatórios de inventário com os saldos das respectivas contas contábeis e não identificamos divergências.

Conforme informações da administração, o inventário geral dos estoques será realizado em AGO/23. Com isso, no trabalho do 3º trimestre de 2023, analisaremos os procedimentos efetuados e o relatório com o resultado do inventário físico, bem como o demonstrativo de ajustes identificados.

Constatamos na documentação disponibilizada, que o manual de procedimentos dos estoques já foi finalizado e aprovado pela administração da Companhia.

4.3 Ativo Intangível

Confrontamos as contas contábeis de intangível com o respectivo controle patrimonial de bens, analisamos alguns documentos de aquisições ocorridas no



CONSULT AUDITORES

período de JAN/23 a MAR/23, por amostragem, fizemos o recálculo da amortização registrada no resultado do exercício e não identificamos divergências.

Com relação à avaliação dos bens do intangível, o artigo 8º da resolução normativa nº 43, menciona em seu parágrafo primeiro, a aceitabilidade de laudos de avaliação que foram emitidos dentro de 05 anos de aprovação da referida norma (aprovada em 2021). Desta forma, entende-se que o laudo de avaliação datado de maio de 2019, por força regulatória, deve ser realizado novamente somente no ano de 2024, antes de exceder os 5 anos.

Com relação à contratação de seguro patrimonial para os bens do intangível, verificamos que a apólice 17.93.2022.0000250, emitida pela Liberty Seguros, foi renovada com vencimento em 15/MAIO/24.

5 FOLLOW UP – RECOMENDAÇÕES REALIZADAS EM RELATÓRIO REFERENTE AO 4º TRIMESTRE DE 2022

5.1 Conciliação dos Depósitos Judiciais com os Extratos Bancários

Status: Pendente

Recomendação:

Não obstante a Administração ter efetuado o confronto com o extrato e contabilizar a atualização dos depósitos judiciais relacionados ao Imposto de Renda, recomendamos que o mesmo procedimento seja implantado para as demais contas de depósitos.

5.2 Destinação do Saldo Excedente de Reservas de Lucros

Status: Pendente

Recomendação:

De acordo com o art. 199 da Lei nº 6.404/76, alterada pela Lei nº 11.638/07, o saldo das reservas de lucros, exceto para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Atingindo esse limite, a assembleia deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização, ou no aumento do capital social, ou na distribuição de dividendos.



CONSULT AUDITORES

5.3 Incorreção no Cálculo de Atualização do Crédito de IRPJ

Status: Corrigido

Recomendação:

No trabalho referente ao 4º trimestre de 2022, identificamos que os valores referentes aos recolhimentos realizados por pedidos de compensação homologados não foram atualizados. Constatamos neste trabalho que a planilha de levantamento dos créditos de IRPJ foi ajustada com a atualização dos referidos valores com os devidos reflexos na contabilidade e no pedido de compensação enviado à RFB.

PARTE II – CONCLUSÃO

Nossos trabalhos foram planejados e executados de forma a obter evidência da consistência e adequação dos saldos contábeis apresentados nos balancetes, cumprimento de normas e procedimentos internos, formalidades e eficiência nos controles da documentação comprobatória e foram consubstanciados nas Normas Brasileiras de Contabilidade, dispositivos emanados na Lei nº. 6.404/76 e legislações posteriores.

Ressaltamos que as recomendações apresentadas ao longo deste relatório devem ser avaliadas pela administração da Companhia.



Assinaturas do documento



Código para verificação: **UT0N2W26**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



PAULO SERGIO DA SILVA (CPF: 672.XXX.529-XX) em 06/06/2023 às 11:35:52

Emitido por: "AC Certisign RFB G5", emitido em 05/05/2023 - 16:20:21 e válido até 04/05/2024 - 16:20:21.

(Assinatura ICP-Brasil)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/UEINQl8xMzc3MV8wMDAwMTk1NV8xOTU3XzlwMjNfVQwTjJXMjY=> ou o site

<https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **PIMB 00001955/2023** e o código **UT0N2W26** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.

SCPAR PORTO DE IMBITUBA S/A
Nº 12418

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Nº 1-05/23

Data-base: 1º/TRIM/23

Curitiba, 06 de junho de 2023

Aos
Diretores e Administradores da
SCPAR Porto de Imbituba S/A
Imbituba - SC

CONFIDENCIAL

Prezados Senhores,

Em cumprimento às obrigações estabelecidas em nosso contrato de prestação de serviços de auditoria, apresentamos o Relatório dos auditores independentes sobre a revisão das informações contábeis intermediárias do 1º/TRIM/2023.

Paulo Sergio da Silva
SÓCIO DE AUDITORIA

Relatório dos auditores independentes sobre a revisão das informações contábeis intermediárias (Informações Trimestrais)

Aos Diretores e Administradores da
SCPAR Porto de Imbituba S/A
Imbituba – SC

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, da SCPAR Porto de Imbituba S/A ("Companhia"), referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2023, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) Demonstração Intermediária, emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, e com a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia, em 31 de março de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período findo naquela data, de acordo com o CPC 21(R1) e com a norma internacional IAS 34, e apresentadas de forma condizente com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Clientes – Santos Brasil Participações S/A

Conforme informações constantes nas notas explicativas 5 e 31.4, a Companhia Santos Brasil Participações S/A protocolou pedido administrativo junto ao Ministério da Infraestrutura, por intermédio da Secretaria Nacional de Portos, solicitando a recomposição do equilíbrio econômico financeiro do contrato de arrendamento do Tecon Imbituba que possui junto a SCPAR Porto de Imbituba S.A, o qual encontra-se em análise, aguardando seu julgamento definitivo. A Companhia tem o direito ao recebimento anual de cerca de R\$ 40 milhões de reais provenientes deste contrato de arrendamento. Desta forma, considerando o princípio da prudência, apresentam-se os valores a receber a este título, tendo igual quantia registrada como conta redutora, uma vez que não há garantias de seu efetivo recebimento. Nossa opinião não contém ressalvas em virtude deste assunto.

Patrimônio Líquido - Saldo de Reservas de Lucros

A Companhia possui um saldo excedente de reservas de lucros em relação ao seu capital social. Considerando as exigências do art. 199 da Lei nº 6.404/76, e devido às particularidades regulatórias na qual a Companhia e sua Controladora estão inseridas, a administração iniciou os estudos para implementar as tratativas necessárias para o atendimento da referida legislação.

Outros Assuntos

Demonstração Intermediária do Valor Adicionado

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2023, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não

foi elaborada, em todos os aspectos relevantes de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Curitiba, 06 de junho de 2023.

Paulo Sergio da Silva
Contador CRC/PR Nº 029.121/O-0 S-SC

Marlos Nanoni Reinert
Contador CRC/PR Nº 050.998/O-9 S-SC

CONSULT – AUDITORES INDEPENDENTES
CRC/PR Nº 2906/O-5

Balanço Patrimonial
(Em Milhares de Reais)

ATIVOS	Nota Explicativa	31.03.2023	31.12.2022
Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	116.285	111.422
Contas a Receber	5	3.614	4.013
Tributos a Recuperar	6	2.913	2.340
Despesas Antecipadas		45	121
Estoques	7	1.368	1.277
Outros Créditos		35	41
Total dos Ativos Circulantes		124.260	119.214
Não Circulante			
Realizável a Longo Prazo		90.816	87.801
Depósitos Judiciais	8	46.910	45.722
Tributos a Recuperar	9	43.906	42.079
Ativo Intangível	10	34.544	33.124
Total dos Ativos Não Circulantes		125.360	120.925
TOTAL DOS ATIVOS		249.620	240.139
PASSIVOS	Nota Explicativa	31.03.2023	31.12.2022
Circulante			
Fornecedores	11	1.328	985
Obrigações Tributárias	12	1.986	2.180
Obrigações Trabalhistas	13	4.262	2.957
Dividendos Propostos	14	31.584	31.584
Outras Obrigações	15	4.978	6.712
Total do Passivo Circulante		44.138	44.418
Não Circulante			
Provisão para Contingências	16	783	793
Total do Passivo Não Circulante		783	793
Patrimônio Líquido			
Capital Social	17	50	50
Reserva de Lucros		204.649	194.878
Reserva Legal	18	10	10
Retenção de Lucros	19	117.565	117.565
Lucro a disposição da AGO		87.074	77.303
Total do Patrimônio Líquido		204.699	194.928
TOTAL DOS PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		249.620	240.139

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado do Exercício
(Em Milhares de Reais)

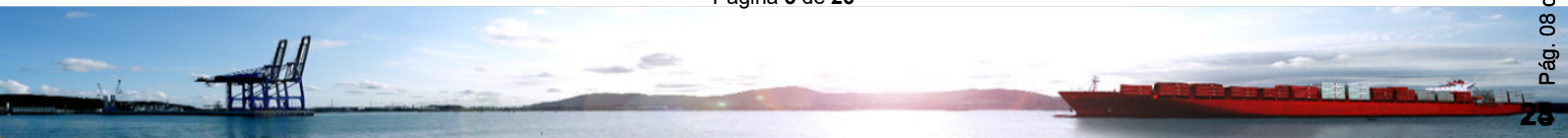
	Nota	1T2023	1T2022
Receita Operacional Líquida	20	19.943	14.929
Receita Líquida de Serviços	20	18.059	14.043
Receita de Construção	20	1.884	886
Custo dos Serviços Prestados		(11.282)	(9.695)
Custo dos Serviços Portuários	21	(5.411)	(6.343)
Custo com Mão de Obra Direta	22	(3.523)	(2.035)
Amortizações	23	(464)	(431)
Custo de Construção	24	(1.884)	(886)
Lucro Bruto		8.661	5.234
Despesas		(4.546)	(3.105)
Despesas com Pessoal	25	(3.591)	(2.334)
Despesas Gerais e Administrativas	26	(1.038)	(773)
Outras Receitas		83	2
Resultado Antes dos Resultados Financeiros		4.115	2.129
Resultado Financeiro		6.330	2.134
Receitas Financeiras	27	6.348	2.153
Despesas Financeiras		(18)	(19)
Resultado Antes dos Tributos		10.445	4.263
Tributos Sobre o Lucro	28	(674)	(1.456)
Imposto de Renda		-	(1.069)
Contribuição Social		(674)	(387)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		9.771	2.807
Lucro Líquido por Ação (Em Reais)		R\$ 195,42	R\$ 56,14

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
(Em Milhares de Reais)

	Capital Social	Reserva de Lucros			Lucros Acumulados	Resultados Abrangentes	Totais
		Reserva Legal	Retenção de Lucros	Lucros a Disposição da AGO			
Saldo em 31.12.2021	50	10	107.904	9.661	-	-	117.625
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	2.807	-	2.807
Lucros a disposição da AGO	-	-	-	2.807	(2.807)	-	-
Saldo em 31.03.2022	50	10	107.904	12.468	-	-	120.432
Destinação para Reservas	-	-	9.661	(9.661)	-	-	-
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	100.264	-	100.264
Dividendos Propostos	-	-	-	-	(25.768)	-	(25.768)
Lucros a disposição da AGO	-	-	-	74.496	(74.496)	-	-
Saldo em 31.12.2022	50	10	117.565	77.303	-	-	194.928
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	9.771	-	9.771
Lucros a disposição da AGO	-	-	-	9.771	(9.771)	-	-
Saldo em 31.03.2023	50	10	117.565	87.074	-	-	204.699

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras



Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método Indireto
(Em Milhares de Reais)

	1T2023	1T2022
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Lucro antes dos Impostos	10.445	4.263
Amortizações do Ativo Intangível	464	431
(Aumento)/Redução em Contas a Receber	399	(155)
(Aumento)/Redução em Tributos a Recuperar	(573)	(372)
(Aumento)/Redução em Despesas Antecipadas	76	42
(Aumento)/Redução em Estoques	(91)	(63)
(Aumento)/Redução em Outros Créditos	5	136
(Aumento)/Redução em Realizável a LP	(3.015)	(2.740)
Aumento/(Redução) em Fornecedores	343	1.078
Aumento/(Redução) em Obrigações Tributárias	(193)	(1.204)
Aumento/(Redução) em Obrigações Trabalhistas	1.305	(25)
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações	(1.733)	5
Aumento/(Redução) em Obrigações de LP	(11)	2.643
Imposto de Renda e Contribuição Social	(674)	(1.456)
Fluxo de Caixa Gerado	6.747	2.583
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento		
Adições ao Ativo Intangível	(1.884)	(886)
Fluxo de Caixa Aplicado	(1.884)	(886)
Variação em Caixa e Equivalentes de Caixa	4.863	1.697
Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial	111.422	94.119
Caixa e Equivalentes de Caixa Final	116.285	95.816

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras

Demonstração do Valor Adicionado
(Em Milhares de Reais)

	1T2023	1T2022
Receita Gerada	23.218	17.462
Receita de Serviços Prestados	21.060	16.376
Receita de Construção	2.158	1.086
Custo com Insumos Adquiridos de Terceiros	(9.063)	(8.814)
Serviços de Terceiros	(4.654)	(4.681)
Energia Elétrica Consumida	(314)	(427)
Outros Insumos	(1.937)	(2.620)
Custo de Construção	(2.158)	(1.086)
Valor Adicionado Bruto	14.155	8.648
Depreciação e Amortização	(463)	(431)
Valor Adicionado Líquido	13.692	8.217
Valor Adicionado por Receitas Financeiras	6.348	2.153
Valor Adicionado a Distribuir	20.040	10.370
Pessoal e Encargos	7.115	4.369
Remuneração Direta	5.841	3.434
Fundo de Garantia	336	205
Benefícios	938	730
Impostos, Taxas e Contribuições	3.136	3.175
Federais	2.083	2.356
Municipais	1.053	819
Remuneração de Capitais de Terceiros	18	19
Despesas Financeiras	18	19
Remuneração do Capital Próprio	9.771	2.807
Lucros Retidos para os Acionistas	2.443	702
Lucros Retidos em Reservas	7.328	2.105

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras

Notas Explicativas as Demonstrações Financeiras (Em Milhares de Reais)

1. Contexto Operacional

A SCPAR Porto de Imbituba S.A. é uma sociedade de economia mista com propósito específico constituída em 06 de setembro de 2012 pelo acionista único SC Participações e Parcerias S.A. para dar cumprimento aos dispositivos estabelecidos no Convênio de Delegação nº 01/2012 de 26 de Novembro de 2012, por meio do qual a União delegou ao Estado de Santa Catarina a administração e exploração do Porto Organizado de Imbituba. Inicialmente a delegação ao estado foi concedida a título provisório por prazo de até 2 anos, com vistas a garantir a continuidade das operações portuárias, sendo que no mês de setembro de 2014 o prazo de vigência do convênio de delegação foi alterado para 25 anos, até 15 de dezembro de 2037, com possibilidade de prorrogação por igual período. A Companhia possui como objeto social a administração da infraestrutura portuária do Porto organizado de Imbituba.

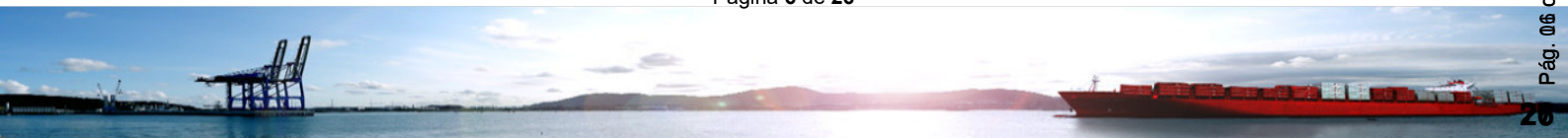
2. Base de Preparação das Demonstrações Financeiras

2.1 Declaração de Conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com a Lei nº 6.404 de 1976 e suas alterações e a de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as orientações e as Interpretações Técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A presente Demonstração é apresentada nos termos do CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária. A diretoria da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações financeiras em 5 de junho de 2023.

2.2 Base de Mensuração

As demonstrações financeiras foram apresentadas com base no seu custo histórico, exceto se indicado de outra forma em notas explicativas.



2.3 Moeda de Apresentação

As demonstrações financeiras da Sociedade são apresentadas em Real – (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e arredondadas para milhares, exceto quando indicado de outra forma em notas explicativas.

2.4 Uso de Estimativas e Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de práticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As informações sobre estimativas referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão expostas nas seguintes notas explicativas 3.2) *Ativo Intangível* e 3.4) *Receita de construção e custo de construção*.

3. Principais Políticas Contábeis Adotadas

As políticas contábeis adotadas são aplicadas de maneira consistente nas demonstrações financeiras da Companhia nos exercícios findos apresentados, salvo disposição em contrário. As demonstrações financeiras são de responsabilidade da administração desta Companhia e foram preparadas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em especial a Lei Federal nº 6.404 de 1976 e suas alterações – Lei das Sociedades por Ações, juntamente com as normas e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade. As principais políticas contábeis estão definidas a seguir.

3.1 Instrumentos Financeiros

3.1.1 Caixa e Equivalentes de Caixa

Os caixas e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e representam a disponibilidade financeira imediata. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante grau de risco.

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras

3.1.2 Contas a Receber

Decorrem diretamente das operações comerciais da Companhia, estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente. Considerando o prazo curto de sua realização, o valor contábil se aproxima do valor justo.

3.1.3 Contas a Pagar

Os valores divulgados aproximam-se de seus valores de mercado, considerando o seu vencimento em curto prazo, portanto, o valor contábil se aproxima do valor justo.

3.2 Ativo Intangível

A Companhia reconhece como ativo intangível o direito vinculado ao convênio de delegação junto à União de cobrar dos usuários dos serviços públicos portuários o uso de sua infraestrutura portuária. O prazo de exercício deste direito iniciou-se em 16 de dezembro de 2012, no qual, juntamente com seu termo aditivo firmado em 18 de setembro de 2014 estabeleceu o prazo de delegação de 25 anos, podendo o mesmo ser prorrogado por igual período. A administração da Companhia entende que o exercício deste direito terá fim em 15 de dezembro de 2037, caso não ocorra prorrogação do referido convênio. Os bens construídos e adquiridos pela Companhia reverterão ao poder concedente ao término deste convênio, portanto, tais valores são registrados em contrapartida de ativo intangível, representando o direito de cobrar de seus usuários pela utilização do serviço público. De acordo com o OCPC 05 – item 42, o ativo intangível deve ser amortizado dentro do prazo de concessão. O critério de amortização dos ativos intangíveis é reconhecido tendo em vista o tempo restante do exercício deste direito incondicional de receber caixa, apropriando em seu resultado através do método linear. Os gastos incorridos com manutenção e reparo são registrados quando benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e mensurados de forma confiável, enquanto que os demais gastos são registrados diretamente no resultado em que ocorreu. Os ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado do exercício no momento de sua baixa. Para a aplicação do ICPC 01 – *Contratos de Concessão*, aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade, a administração considerou os seguintes aspectos do Convênio de Delegação: a) O poder concedente controla e regulamenta quais serviços a Companhia deve prestar com o uso de sua infraestrutura e seu preço; b) O poder concedente controla, por meio de titularidade, usufruto ou de outra forma, participação residual significativa na infraestrutura ao término do convênio de delegação. A Companhia entende que, em ambos os requisitos foram atendidos para aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) aprovado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis em 02 de dezembro de 2011. A infraestrutura

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras

dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão não é registrada como ativo imobilizado em virtude do convênio de delegação não transferir o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo convênio. A Companhia tem acesso apenas para operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições estabelecidas neste convênio.

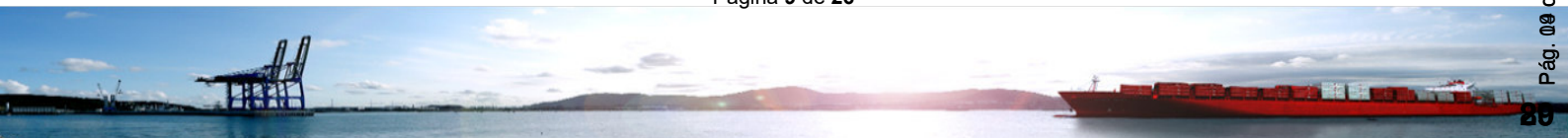
3.3 Reconhecimento de Receitas

As receitas são reconhecidas de acordo com o regime de competência. As receitas de prestação de serviços são registradas no resultado quando da certeza de sua realização, sendo suas principais receitas originadas dos seguintes serviços: **a)** Serviços de Armazenagem: receita devida pelos usuários em razão da armazenagem de mercadorias na área do Porto organizado, destinadas ou oriundas de navios atracados no Porto de Imbituba; **b)** Infraestrutura Marítima I: receita devida pelo armador do navio ou seu representante para utilização do acesso marítimo e das águas abrigadas e profundas das áreas de fundeio de evolução e atracação dos navios; **c)** Infraestrutura Marítima II: receita devida pelo armador do navio ou seu representante, destinado a manutenção do acesso marítimo e das águas abrigadas e profundas das áreas de fundeio de evolução e atracação dos navios; **d)** Infraestrutura Terrestre: receita devida pelos usuários pela utilização das instalações terrestres para as operações de carregamento e descarregamento de mercadorias no cais, acessos terrestres, pátios de trânsito, instalações especializadas e vias de circulação internas, e ainda, as benfeitorias e os serviços respectivos, tais como iluminação e drenagem; **e)** Arrendamento Fixo: receita devida pelos arrendatários de áreas no Porto organizado definidas pelo metro quadrado disponibilizado; **f)** Arrendamento Variável: receita devida pelos arrendatários de áreas no Porto organizado definidas por tonelagem de carga ou volume de contêineres; **g)** Arrendamento Contratual Mínimo: receita devida pelos arrendatários de áreas no Porto organizado definidas pela diferença do compromisso contratual de movimentação mínima assumida e a efetiva realização deste, através de contratos “*take-or-pay*”; **h)** Taxas Convencionais: receita devida pelos usuários pela utilização de serviços de pesagem, tráfego interno e demais serviços administrativos e operacionais; **i)** Serviços de Fornecimento: receita devida pelos usuários pela disponibilização do fornecimento de insumos comuns, assim entendidos como água potável e energia elétrica.

3.4 Receita de Construção e custo de construção

A orientação OCPC 05 – Contratos de Concessão determina que as empresas concessionárias de serviços, possuem, mesmo que, indiretamente, responsabilidade pela construção e melhoria da infraestrutura portuária delegada. Conforme item 43 da OCPC 05, quando a concessionária presta serviços de construção, ela deve reconhecer a receita de construção pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado e, dessa forma, por

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras



consequência, apurar margem de lucro. Em geral, o concessionário é o responsável primário pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que há a terceirização dos serviços. O item 14 do ICPC 01 R1 determina que o concessionário contabilize as receitas e custos relativos aos serviços de construção ou de melhoria de acordo com o CPC 47. A SCPAR Porto de Imbituba S.A. não tem como objeto social os serviços de construção, mas a administração da infraestrutura portuária, sendo que para a melhoria das instalações portuárias realiza licitações públicas para contratação e execução dos serviços por terceiros, nas quais são contratados os proponentes que apresentarem o menor custo para execução dos serviços. Desta forma, a Companhia julga não haver margem de lucro sobre esta atividade, sendo apresentado integralmente a receita e o custo de construção em valores equivalentes, não modificando os resultados apresentados no exercício social.

3.5 Tributos

A provisão para contribuição social é calculada sobre a base tributável do exercício. A base tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis. A provisão para contribuição é aplicada a alíquota de 9% (nove por cento). Quanto ao Imposto de Renda - IRPJ, não há valores devidos pela companhia em face da decisão judicial em 19 de outubro de 2022 na ação n. 5002780-94.2016.4.04.7216 em que reconheceu a Imunidade Tributária Recíproca da companhia, em razão de suas atividades constituírem serviço público por essência, prevista no art. 150, VI, inciso a, da Constituição Federal de 1998.

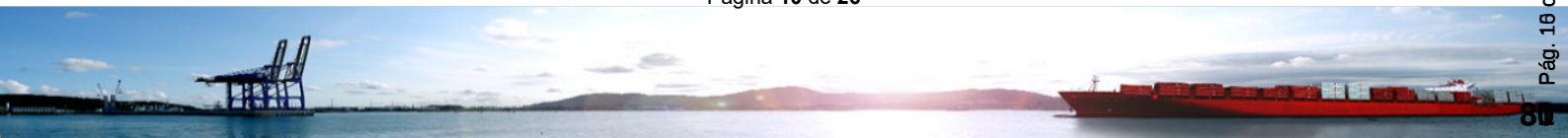
3.6 Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possuir uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo, e demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial.

3.7 Demonstração dos Fluxos de Caixa

A Companhia elaborou a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), individual nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, através do método indireto, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis.

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras



3.8 Ajuste a Valor Presente

As contas sujeitas a ajuste a valor presente são as contas a receber de clientes e as contas a pagar de fornecedores. Estas não foram trazidas a seu valor presente em virtude de os prazos médios de liquidação serem inferiores a 60 (sessenta) dias.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

Os caixas e equivalentes de caixa são representados em valores disponíveis em caixa e conta corrente da Companhia e aplicações financeiras de liquidez imediata com insignificante risco, representada pelo valor líquido de resgate na data de encerramento do exercício, sendo remunerado em média de 75% a 100% da variação da CDI. Os valores estão representados a seguir:

	31/03/2023	31/12/2022
Bens Numerários disponível em Caixa	5	2
Depósitos Bancárias em Conta Corrente	-	-
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata	116.280	111.420
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	116.285	111.422

5. Contas a Receber

As contas a receber representam os valores a serem realizados em caixa relativos as receitas oriundas da atividade portuária. O prazo médio de recebimento é inferior a 25 (vinte e cinco) dias. Os títulos vencidos, quando de seu efetivo recebimento são acrescidos de 2% (dois por cento) de multa moratória, assim como a aplicação de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, observados ainda as particularidades previstas em contrato. A Companhia não registra provisão para perdas, visto que a administração entende não haver risco no recebimento destes direitos e, nem ajuste a valor presente conforme justificativa explícita na nota explicativa 3.8.

	31/03/2023	31/12/2022
Vencidos a menos de 30 dias	-	-
A vencer em até 30 dias	3.614	4.013
Saldo a receber Take or Pay TECON [a]	107.238	107.238
(-) Suspensão Judicial TECON [a]	(107.238)	(107.238)
Total	3.614	4.013

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras

a) A arrendatária Santos Brasil Participações S.A. logrou êxito em seu pedido liminar nos autos do processo 1025458-21.2020.4.01.3400 junto a 1º Vara Federal Cível da SJDF para suspender os efeitos da cobrança de valores a título de cláusula *take or pay* junto ao Arrendamento do Terminal de Contêineres. Desta forma, considerando o princípio da prudência, apresentam-se os valores a receber a este título, tendo igual quantia registrada como conta redutora, uma vez que não há garantias de seu efetivo recebimento. Na nota explicativa 30.4 é apresentado com maior ênfase o detalhamento desta lide.

6. Tributos a Recuperar

Os tributos a recuperar representam valores decorrentes de Imposto de Renda a ser retido no resgate das aplicações financeiras. Os valores são apresentados pelo custo histórico.

	31/03/2023	31/12/2022
IRRF Estimado s/ Aplicações Financeiras	2.903	2.340
IRRF Retido s/ Aplicações Financeiras	10	-
Total	2.913	2.340

7. Estoques

Representa os valores de estoques destinados a pronto consumo ou a manutenção da infraestrutura portuária que necessitem de fornecimento imediato.

	31/03/2023	31/12/2022
Material de Expediente	26	26
Material de Limpeza	46	42
Material de Manutenção Civil	329	313
Material de Manutenção Elétrica	621	556
Material de Manutenção Tecnológica	275	277
Material de Saúde e ST	71	63
Total	1.368	1.277

8. Depósitos Judiciais

Os depósitos judiciais classificados no ativo não circulante referem-se a discussões judiciais de natureza regulatória, trabalhista ou tributária. A principal quantia depositada judicialmente pela Companhia refere-se a Ação declaratória em face da União Federal nº 5002780-94.2016.4.04.7216

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras

junto ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região, para reconhecimento de Imunidade Tributária Recíproca, no qual passou a depositar judicialmente a parcela de Imposto de Renda devido a partir da competência de Abril de 2018, sendo melhor detalhado na nota explicativa 30.2

	31/03/2023	31/12/2022
Depósitos Judiciais Antaq	490	490
Depósitos Judiciais Trabalhistas	283	305
Depósitos Judiciais Tributários	103	103
Depósitos Recursais	37	37
Depósito Judicial Imposto de Renda	37.705	37.705
Atualização – Depósito Judicial Imposto de Renda	8.292	7.082
Total	46.910	45.722

9. Tributos a Recuperar

Os tributos a recuperar a longo prazo representam os valores decorrentes de imposto de redá a ser habilitado junto à Receita Federal do Brasil, em virtude do trânsito em julgado da ação n. 5002780-94.2016.4.04.7216 junto ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região, em 19 de outubro de 2022, em que foi reconhecido a Imunidade Tributária Recíproca da Companhia em relação aos impostos de natureza federal. Desta forma, em 15 de dezembro de 2022, a Diretoria Executiva deliberou para requerer o indébito tributário correspondente aos 5 (cinco) últimos exercícios em que a ação foi proposta, compreendendo os valores de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – IRPJ, uma vez que a partir da competência de abril/2018, os valores foram depositados judicialmente, sendo que os montantes requeridos junto à Receita Federal compreendem o período de dezembro/2012 a março/2018:

	31/03/2023	31/12/2022
Montante principal IRPJ a Recuperar 12/2012 a 03/2018	28.365	28.365
Atualização SELIC sobre IRPJ a Recuperar	15.541	13.714
Total	43.906	42.079

10. Ativo Intangível

A Companhia reconhece como ativo intangível o direito vinculado ao convênio de delegação junto à União de cobrar dos usuários dos serviços públicos portuários o uso da infraestrutura portuária conforme critérios estabelecidos na nota explicativa 3.2. O demonstrativo do ativo intangível líquido, já considerando a dedução da amortização acumulada ao longo do período é assim representado:

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras

Ativo Intangível Líquido				
	Intangível Bruto	Amortização Acumulada	Intangível Líquido	Taxa Média Amortização
Infraestrutura Marítima	3.143	(837)	2.306	5 %
Infraestrutura de Acostagem	7.059	(1.741)	5.318	5 %
Infraestrutura Terrestre	10.513	(3.003)	7.510	5 %
Infraestrutura Armazenagem	2.573	(789)	1.784	5 %
Equipamentos Portuários	1.740	(363)	1.377	5 %
Administração	11.259	(2.134)	9.125	5 %
Obras em Andamento	7.051	-	7.051	5 %
Outros Ativos Intangíveis	141	(68)	73	15 %
Total	43.479	(8.935)	34.544	6,3%

O quadro a seguir demonstra as adições ao ativo intangível no curso do ano corrente:

Ativo Intangível				
	Saldo 2022	Adições	Alienações	Saldo 2023
Infraestrutura Marítima	3.143	-	-	3.143
Infraestrutura de Acostagem	7.059	-	-	7.059
Infraestrutura Terrestre	10.513	-	-	10.513
Infraestrutura Armazenagem	2.573	-	-	2.573
Equipamentos Portuários	1.466	274	-	1.740
Administração	10.834	425	-	11.259
Obras em Andamento	5.865	1.186	-	7.051
Outros Ativos Intangíveis	141	-	-	141
Total	41.594	1.885	-	43.479

11. Fornecedores

Representa as obrigações de curto prazo com fornecedores referente a compromissos assumidos anteriormente a data de encerramento do exercício social, tendo como prazo médio de liquidação inferior a 30 (trinta) dias da data de encerramento do exercício social, não existindo títulos inadimplentes por parte da Companhia.

12. Obrigações Tributárias

Registra os valores de impostos e contribuições federais e municipais a serem recolhidos em exercícios subsequentes, compreendendo tributos próprios e retidos de terceiros, segregados conforme apresentado abaixo:

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras

	31/03/2023	31/12/2022
Imposto sobre Serviço	377	309
PIS e COFINS	611	1.386
Contribuição Social	674	189
Tributos Retidos	324	296
Total	1.986	2.180

13. Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias

Contempla os valores de obrigações trabalhistas e previdenciárias, compreendendo: a) Obrigações com Pessoal: Salários do pessoal, honorários da diretoria e conselheiros, rescisões a pagar, imposto de renda retido na fonte sobre salários e pensão alimentícia a repassar; b) Obrigações Previdenciárias: fundo de garantia e previdência social a recolher, contribuição e mensalidade sindical e outras obrigações; c) Obrigações Férias/13º Salário e encargos: constituem as obrigações de férias e décimo terceiro salário com encargos sociais apropriados mensalmente pelo regime de competência. Os valores são segregados de acordo com o quadro a seguir:

	31/03/2023	31/12/2022
Obrigações com Pessoal	1.357	1.081
Obrigações Previdenciárias	783	412
Obrigações Férias/13º Salário/Encargos	2.122	1.464
Total	4.262	2.957

14. Dividendos Propostos

O Estatuto Social da Companhia, a política de distribuição de dividendos e o convênio de delegação nº 01/2012 prevê a distribuição de dividendos mínimos, de acordo com a Lei 6.404 de 1976 até o montante máximo de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido apurado no exercício social. Os lucros retirados, por determinação do convênio de delegação deverão ser revertidos em desenvolvimento ou melhoria das atividades do Porto, mediante prévia autorização do Poder Delegante. Os valores são registrados de acordo com a Interpretação Técnica ICPC 08 (R1) – Contabilização da proposta de pagamento de dividendos. Sendo assim, apresenta-se a seguir os valores reservados ao acionista único SC Participações e Parcerias S.A., decorrente dos dividendos devidos nos termos do Convênio de Delegação nº 01/2012.

	31/03/2023	31/12/2022
Dividendos devidos no início do exercício social	31.584	5.816
(+) Adição de 25% do lucro líquido do exercício corrente	-	25.768
(-) Dividendos distribuídos ou creditados ao acionista	-	-
Saldo no Final do Exercício	31.584	31.584

15. Outras Obrigações

Representa outras obrigações assumidas pela SCPAR Porto de Imbituba S.A. decorrentes das atividades naturais de seu negócio, sendo que a parcela mais relevante é compreendida pelas alterações produzidas pela União no segundo termo aditivo do contrato de arrendamento S/N nos autos do processo 50300.008257/2018-31.

	31/03/2023	31/12/2022
Ressarcimento Processo 50300.008257/2018-31	4.843	6.577
Garantias Contratuais	135	135
Total	4.978	6.712

16. Provisão para Contingências

A Companhia reconhece como de perda provável os passivos contingentes de natureza trabalhista e regulatória, conforme detalhado no quadro abaixo:

	31/03/2023	31/12/2022
Ação Federal 5004763-82.2021.4.04.7207	136	136
Ação Federal 5008554.59.2021.4.04.7207	80	80
Ação Federal 5000331.27.2020.4.04.7216	25	-
Ação Cível n. 0302632-02.2014.8.24.0030	20	20
Ação Trabalhista 0000191-91.2019.5.12.0043	8	8
Ação Trabalhista 0001308-20.2019.5.12.0043	295	295
Ação Trabalhista 0000906-07.2017.5.12.0043	-	35
Ação Trabalhista 0000609-08.2018.5.12.0029	63	63
Ação Trabalhista 0000485-46.2019.5.12.0043	95	95
Ação Trabalhista 0000118-51.2021.5.12.0043	61	61
Total	783	793

17. Capital Social

Representa o investimento inicial realizado pelo acionista único *SC Participações e Parcerias S.A.* em 26 de dezembro de 2012 no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) como integralização do

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras

capital social de sua subsidiária integral, nos termos previstos no Art. 5º e seguintes da Lei Federal nº 6.404 de 1976.

18. Reserva Legal

Corresponde aos valores destinados a constituição de Reserva Legal, correspondente a 20% do Capital Social registrado, nos termos do Art. 193 da Lei Federal nº 6.404 de 1976.

19. Retenção de Lucros

Registra os valores não destinados e retidos pela Companhia, dos lucros apurados em exercícios anteriores e no exercício atual, nos termos do Art. 196 da Lei Federal nº 6.404 de 1976.

20. Receita Operacional Líquida

Nos termos do Art. 2º da Lei Federal 12.973 de 2014, alterado pela redação do Decreto Lei 1.598 de 1977, apresenta-se o detalhamento da Receita Líquida da Companhia:

	1T2023	1T2022
Receita Bruta dos Serviços Portuários [a]	22.342	17.267
Receita Bruta de Construção [b]	1.884	886
(-) Desconto e Premiações [c]	(1.282)	(890)
(-) Tributos Diretos sobre Serviços [d]	(3.001)	(2.334)
Receita Líquida	19.943	14.929

[a] A receita bruta dos serviços portuários é compreendida pelas receitas tarifárias arrecadadas conforme exposto na nota explicativa 3.3, sendo destacado abaixo a evolução comparativa:

	1T2023	1T2022
Serviços de Armazenagem	199	70
Infraestrutura Marítima I	3.625	2.930
Infraestrutura Marítima II	3.691	2.781
Infraestrutura Terrestre	5.996	4.331
Arrendamento Fixo	2.591	2.490
Arrendamento Variável	4.904	3.998
Arrendamento Contratual Mínimo	445	-
Taxas Convencionais	113	414

Continua...

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras

Continuação...

Serviços de Fornecimento	778	253
Total	22.342	17.267

[b] A receita de construção foi reconhecida no exato valor das adições ao ativo intangível da Companhia no exercício social, conforme a nota explicativa 3.4.

[c] os valores representam os descontos e premiações concedidas nas tarifas públicas no Porto de Imbituba, especificamente nas tabelas de Inframar I e Inframar II.

[d] representa os tributos diretos incidentes sobre as receitas oriundas dos serviços portuários prestados, compreendendo a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) na ordem de 7,6 %, a Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) em 1,65% e o Imposto sobre Serviços (ISS) em 3,00 %.

21. Custos dos Serviços Portuários

O resumo dos principais custos na prestação dos serviços portuários da Companhia compreende:

	1T2023	1T2022
Consumo de Energia Elétrica	314	427
Custos com Serviços Ambientais	456	438
Custos com Serviços de Dragagem e Batimetria	2.227	2.332
Custos com Serviços de Limpeza Portuária	352	332
Custos com Serviços de Monitoramento Ambiental	369	495
Custos com Serviços de Segurança Portuária	922	784
Custos com Serviços de Terceiros	328	300
Custos com Manutenção das Vias de Acesso	158	1.060
Custos com Manutenção Civil e Elétrica	367	344
Custos com Manutenção em Geral	225	277
Outros Custos	232	169
(-) Créditos Tributários de Pis e Cofins	(539)	(615)
Total	5.411	6.343

22. Custo com Mão de Obra Direta

A composição do custo com mão de obra direta, aquela no qual incluí os empregados alocados em setores de infraestrutura, operações portuárias, meio ambiente e segurança são segregados abaixo:

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras

	1T2023	1T2022
Salários e Ordenados	1.600	1.065
Encargos Sociais	768	439
Provisões de 13º Salário e Férias	648	208
Benefícios	507	323
Total	3.523	2.035

23. Amortizações

A composição das amortizações corresponde aos valores registrados no resultado decorrentes do registro contábil de acordo com o que prevê a nota explicativa 3.2 em contrapartida do ativo intangível da Companhia:

	1T2023	1T2022
Amortização Infraestrutura Marítima	39	39
Amortização Infraestrutura Acostagem	90	83
Amortização Infraestrutura Terrestre	128	124
Amortização Infraestrutura de Armazenagem	36	30
Amortização Equipamentos Portuários	15	17
Amortização de Outros Ativos	156	138
Total	464	431

24. Custo de Construção

O custo de construção foi reconhecido no exato valor das adições ao ativo intangível da Companhia no exercício social, em igual contrapartida aos valores de receita de construção, nos termos da orientação OCPC 05 e CPC 47, conforme apresentado na nota explicativa 3.4.

25. Despesas com Pessoal

A composição das despesas com pessoal da Companhia, aquela no qual inclui os empregados alocados em setores de administração da Companhia:

	1T2023	1T2022
Salários e Ordenados	1.690	1.027
Remuneração da Administração	365	228
Encargos Sociais	670	453
Provisões de 13º Salário e Férias	435	220
Benefícios	431	406
Total	3.591	2.334

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras

26. Despesas Gerais e Administrativas

O resumo das principais despesas de caráter administrativo da Companhia, estão apresentados a seguir:

	1T2023	1T2022
Serviços de Terceiros	597	512
Consumo de Materiais	132	110
Publicações e Propagandas	289	130
Outras Despesas	20	21
Total	1.038	773

27. Receitas Financeiras

Representa os valores líquidos dos resultados financeiros apurados pela Companhia durante os exercícios, sendo demonstrados conforme quadro abaixo:

	1T2023	1T2022
Rendimentos de Aplicações Financeiras	3.617	2.226
(-) Pis e Cofins sobre Receitas Financeiras	(310)	(105)
Juros e Multas recebidas	3	31
Outras Receitas Financeiras	-	1
Atualização de Tributos a Recuperar	3.038	-
Total	6.348	2.153

28. Tributos Sobre o Lucro

A companhia goza de imunidade tributária do imposto de renda, conforme trânsito em julgado em 19 de outubro de 2022 da ação n. 5002780-94.2016.4.04.7216 junto ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região, em face da União Federal, em razão de suas atividades constituírem serviço público por essência, prevista no art. 150, VI, inciso a, da Constituição Federal de 1998. Desta forma, os valores devidos correspondem a Contribuição Social sobre o lucro líquido - CSLL, apurado pela sistemática do Lucro Real, sendo que em 2021 incluía-se também o IRPJ.

	2023	2022
Resultado antes dos Tributos	10.445	4.263
(+) Adições de Despesas Não Dedutíveis	61	816
(-) Exclusões de Receitas Não Tributáveis	(3.020)	(780)
(=) Base de Cálculo do IRPJ (somente 2022) e CSLL	7.486	4.299
IRPJ (Somente 2022) e CSLL a alíquota de 9%	674	1.456

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras

29. Gestão de Riscos Financeiros

29.1 Considerações Gerais e Políticas

A Companhia possui operações onde são envolvidos instrumentos financeiros, os quais são objeto de registros em contas patrimoniais de modo a reduzir eventual exposição a riscos de moeda e taxas de juros, assim como, manter a sua capacidade de investimentos, objetivando o contínuo crescimento. A administração destes riscos é realizada por meio de políticas, definição de estratégias e implementação de sistemas de controle, que estabelecem limites a processos. Os procedimentos de tesouraria definidos pela política vigente incluem rotinas mensais de projeção, avaliação da Companhia, sobre as quais se fundamenta as decisões tomadas pelo Conselho de Administração. Quanto às aplicações de recursos, a Companhia elege instituições financeiras assim como as quantias aplicadas.

29.2 Fatores de Riscos Financeiros

A atividade da Companhia não está isenta de riscos financeiros, estando ela submetida a riscos de mercado e a risco de crédito. O programa de gestão de risco global da Companhia concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros, por isso busca minimizar eventuais efeitos que sejam nocivos ao seu desempenho. A gestão de risco é realizada pela Administração, que identifica, avalia e protege desses eventuais riscos, estabelecendo princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, risco de taxas de juros, risco de crédito e investimentos de excedentes de caixa. Os métodos de mensuração são os estabelecidos para os pretéritos, salvo eventuais questões que seja destacado em contrário a presente nota.

29.3 Risco de Crédito

O risco de crédito que decorre de caixa e equivalente de caixa, depósitos bancários, créditos de clientes e demais valores a receber é administrado corporativamente pela Companhia. Os limites de riscos individuais são monitorados regularmente e mensurados com base nas classificações internas, ou externas, de acordo com a orientação da diretoria. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício e a administração não espera qualquer perda decorrente de inadimplência.

30. Ativos Contingentes

30.1 Ação de Consignação em Pagamento

Em 2013, a arrendatária Santos Brasil Participações S.A. depositou em juízo os valores devidos relativos à cláusula take or pay do contrato TECON, sendo que os valores atualizados e em

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras



discussão correspondem a aproximadamente R\$ 25.000.000,00 (Vinte e cinco milhões de reais). Existe a possibilidade de liberação judicial à SCPAR Porto de Imbituba S.A. da integralidade destes valores consignados. O processo foi remetido para a Justiça Comum Estadual, em virtude da declaração de incompetência absoluta do Juiz Federal face a exclusão da União do Polo Passivo por inexistência de seu interesse no feito. Atualmente, o número do processo é 0009785-15.2016.8.24.0023, tramitando na 3ª Vara Cível da Capital Florianópolis. O juízo de 1º grau sentenciou em benefício da Companhia Docas de Imbituba, sendo que foram opostos Embargos de Declaração com o objetivo de esclarecer diversos pontos e inconsistências não analisados quando da prolação do juízo de mérito. Estes foram conhecidos e parcialmente providos, mantendo-se a sentença em quase a sua plenitude. Após, foi interposto Recurso de Apelação, além da Estatal, pela Companhia Docas de Imbituba e pela CRB Operações Portuárias S.A. A banca de advogados está focada em provar em juízo que a consignante Santos Brasil Participações S.A. sabia que os valores deveriam, desde o princípio, serem destinadas à SCPAR Porto de Imbituba S.A., devendo a ação ser julgada totalmente improcedente, revertendo-se os valores residuais a esta sociedade. Devemos destacar, no entanto, que quem é parte, em alguns dos processos, é a SC Participações e Parcerias S.A., porém o direito pretendido são valores decorrentes do Convênio de Delegação da SCPAR Porto de Imbituba S.A.

30.2 Imunidade Tributária

Em 19 de outubro de 2022 transitou em julgado a ação n. 5002780-94.2016.4.04.7216 junto ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região, em face da União Federal, em que foi reconhecido a Imunidade Tributária Recíproca da Companhia em relação aos impostos de natureza federal, em razão de suas atividades constituírem serviço público por essência, prevista no art. 150, VI, inciso a, da Constituição Federal de 1988. Desta forma, em 15 de dezembro de 2022, a Diretoria Executiva deliberou para requerer o indébito tributário correspondente aos 5 (cinco) últimos exercícios em que a ação foi proposta, compreendendo os valores de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – IRPJ, uma vez que a partir da competência de abril/2018, os valores foram depositados judicialmente, sendo que os montantes requeridos junto à Receita Federal compreendem o período de dezembro/2012 a março/2018. Assim sendo, a partir do quarto trimestre de 2022, a Companhia deixou de tributar seus resultados em razão da Imunidade Tributária do IRPJ.

31. Passivos Contingentes

31.1 Contingências de Natureza Regulatória

Atualmente existem 6 (seis) processos de natureza regulatória, sendo que a Companhia julga de perda provável os processos sancionadores oferecidos pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários de nº 50300.010010/2019-65 e 50300.011527/2019-71, representando uma possível

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras



perda de R\$ 149.737,55 (Cento e quarenta e nove mil, setecentos e trinta e sete reais e cinquenta e cinco centavos) a Companhia, já reconhecidos no balanço patrimonial conforme nota explicativa n. 15. Os demais 4 (quatro) processos n. 5001184-36.2020.4.04-7216, 50300.004916/2019-41, 50300.015027/2019-17, 50300.006670/2019-41 podem incorrer em perda possível de aproximadamente R\$ 1.284.525,00 (Um milhão, duzentos e oitenta e quatro mil, cinqüentos e vinte e cinco reais), sendo o mais expoente no valor de R\$ 1.000.000,00 (Um milhão de reais) referente ao processo 50300.015027/2019-17 relativo a imposição de penalidade em decorrência de não cumprimento de cláusulas do convênio de delegação n. 01/2012.

31.2 Contingências de Natureza Trabalhista

Atualmente a SCPAR Porto de Imbituba S.A. figura como ré em 17 processos de natureza trabalhista, assim considerados de perda possível ou provável, sendo estes divididos nos principais grupos:

a) FGTS de empregados em comissão: A administração julga como de perda provável as ações 8 (oito) ações trabalhistas oferecidas por ex-empregados, os quais requerem o pagamento de FGTS da época em que ocuparam cargos de provimento em comissão nesta estatal, totalizando um montante estimado de cerca de R\$ 361.877,36 (Trezentos e sessenta e um mil, oitocentos e setenta e sete reais e trinta e seis centavos), os quais estão descrito na nota explicativa nº 15, envolvendo os processos 00000814-58.2019.5.12.0043, 0000815-43.2019.5.12.0043, 0000015.78.2020.5.12.0043, 0000906-07.2017.5.12.0043, 0000609-08.2018.5.12.0029, 0000193-61.2019.5.12.0043, 0000485-46.2019.5.12.0043 e 0000395-04.2020.5.12.0043;

b) Responsabilidade subsidiária de serviços terceirizados: Foi provisionado e reconhecido como de perda provável a quantia aproximada de R\$ 369.773,44 (Trezentos e sessenta e nove mil, setecentos e setenta e três reais e quarenta e quatro centavos) relativos aos processos trabalhistas na contratação de empresas de serviços terceirizados, cuja responsabilidade subsidiária é imputada a SCPAR Porto de Imbituba S.A, conforme autos dos 4 (quatro) processos trabalhistas de n. 0001308-20.2019.5.12.0043, 000047-83.2020.5.12.0043, 0000276-77.2019.5.12.0043 e 00000191-91.2019.5.12.0043.

c) Ação Civil Pública por dano moral coletivo: Trata-se de Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho cujo pedido final é a condenação desta Estatal e de mais 7 (sete) réus em Danos Morais Coletivos e Individuais em decorrência de supostos danos causados à classe trabalhadora quando da transição da Administração da Autoridade Portuária do Porto de Imbituba quando do término da Concessão à empresa privada Companhia Docas de Imbituba e posterior Delegação ao Estado de Santa Catarina. Foi dada à causa o valor de 10 milhões de reais. Houve Sentença de Mérito, condenando a Estatal solidariamente (junto com os demais réus) para a) Declarar a responsabilidade pelos créditos trabalhistas rescisórios dos ex empregados da Companhia Docas de Imbituba; b) pagamento de danos morais individuais de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) para cada ex-empregado do Porto (Companhia Docas); e c) pagamento danos morais

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras

coletivos de 10.000.000,00 (dez milhões de reais); Para fins de cálculos, devemos considerar, no mínimo, 120 pessoas, chegando, portanto, ao valor total de R\$ 13.600.000,00 (treze milhões e seiscentos mil reais) a ser pago pelas partes União, ANTAQ, Estado de Santa Catarina, SC Participações e Parcerias S.A. (holding) e SCPAR Porto de Imbituba S.A. A sentença incorreu em algumas inconsistências que serão atacadas via Embargos de Declaração. Houve a interposição de embargos, posteriormente a interposição de Recurso Ordinário, o qual está aguardando decisão. A jurisprudência do TRT12 (Súmula nº 119) e também do TST se mostram favoráveis ao pleito da defesa da Estatal, no entanto não é possível aferir com precisão o resultado final do processo, sendo considerado de perda possível no valor estimado de R\$ 13.600.000,00 (treze milhões e seiscentos mil reais).

31.3 Suspensão de cláusula *take or pay* do contrato de arrendamento TIEGS

A Arrendatária CRB Operações Portuárias S.A. requer a suspensão da obrigatoriedade de pagamento de cláusula de movimentação mínima contratual na modalidade *take or pay* nos autos do processo 5000017-86.2017.4.04.7216. A sentença foi confirmada pelo TRF4 e o pedido julgado procedente em primeiro grau, estando o processo pendente de julgamento pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região. Atualmente o processo está concluso para decisão, sendo que a consequência deste processo é a não obrigatoriedade de pagamento em caso da não realização da movimentação mínima contratual estabelecida para o arrendamento de granéis sólidos no Porto.

31.4 Reequilíbrio e Suspensão de Cláusula *take or pay* contrato de arrendamento TECON

A empresa Santos Brasil Participações S.A. protocolou pedido administrativo junto ao Ministério da Infraestrutura por intermédio da Secretaria Nacional de Portos, sob nº 00045.002955/2016-51 no ano de 2016, solicitando a recomposição do equilíbrio econômico financeiro do contrato de arrendamento do Tecon Imbituba que possui junto a SCPAR Porto de Imbituba S.A, o qual encontra-se em análise, aguardando seu julgamento definitivo. Esta obrigação, contratualmente prevista, determina que a arrendatária movimente 360.000 (trezentos e sessenta mil) contêineres por ano contratual em seu terminal, e caso não alcance esta meta deve pagar as tarifas referentes a diferença a Autoridade Portuária. A Companhia tem o direito ao recebimento anual de cerca de R\$ 40 Milhões de reais provenientes deste contrato de arrendamento, sendo que o deferindo de tal pedido impactará significativamente nas receitas da autoridade portuária, comprometendo sua lucratividade, seu planejamento e reduzindo o potencial de investimentos desta estatal. Atualmente entendemos que o conceito acerca de prejuízos decorrentes de uma decisão administrativa desfavorável a esta estatal é remoto, em razão da vasta fundamentação e elementos de prova a sustentar o pedido, além de existir parecer jurídico opinando pela improcedência dos pedidos formulados pela arrendatária. Entretanto, no início de 2020, a arrendatária Santos Brasil Participações S.A. ajuizou ação pedido liminar nos autos do processo 1025458-21.2020.4.01.3400

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras

e, obteve êxito no seu pedido formulado e desta forma, a SCPAR Porto de Imbituba está deixando de receber cerca de R\$ 30 (trinta) milhões de reais anualmente à título da parcela de Movimentação Mínima Contratual – MMC em contrato com cláusula “*take or pay*”. As parcelas vencem todos os anos, no quinto dia útil dos meses de maio, junho e julho. Caso não haja reversão da decisão liminar ou ocorra o provimento final dos pedidos, haverá uma redução significativa dos recursos por parte desta Autoridade Portuária. O processo judicial está em sua fase inicial, tendo o juízo de Brasília declinado a competência para julgamento da demanda para a Vara Federal de Laguna/SC em razão da cláusula de eleição de foro prevista no próprio contrato de arrendamento. Quanto à análise, considerando a liminar concedida, entende-se que é possível a condenação da SCPAR Porto de Imbituba S.A. e que, neste caso, além de deixar de receber as parcelas referentes ao MMC do TECON arcará também com custas judiciais e honorários advocatícios.

32. Contabilidade Regulatória aplicável ao Setor Portuário

Em 26 de Dezembro de 2016, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários publicou a Resolução Normativa nº 015-ANTAQ, o qual aprovou a norma que dispõe sobre a criação do manual de contas das autoridades portuárias, como parte do sistema de contabilidade regulatória aplicável ao setor portuário. Com base na resolução, as autoridades portuárias deverão prover os ajustes necessários no decorrer do ano de 2017, para aplicação compulsória a partir do ano de 2018. Dentro das principais práticas estabelecidas no manual de contas, cita-se a adoção de regras de custeio e a criação de um plano de contas padronizado, assim como a adoção de critérios de depreciação e amortização dos bens registrados pela Companhia de acordo com as orientações propostas no referido manual. A Companhia apresenta suas demonstrações de acordo com as regras contábeis vigentes no Brasil, em especial as Normas Internacionais de Contabilidade, sendo que as informações nas regras estabelecidas pela agência reguladora são apresentadas em demonstração preparada especificamente para esta finalidade.

33. Política de Distribuição de dividendos

A política de distribuição de dividendos inclui as regras estabelecidas no convênio de Delegação nº 01/2012 em sua Cláusula terceira, parágrafo terceiro, assim como a política de distribuição de dividendos aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia. A importância a ser creditada a título de dividendos não poderá ser superior ao mínimo legal, conforme previsto nos artigos 109, I, 201 e 202 da Lei 6.404/1976. Neste caso a política de distribuição de lucros equivale ao percentual de 25% do lucro líquido apurado no ano calendário, sendo transferido o recurso ao acionista até 30 de Abril do ano subsequente. Entretanto o recurso distribuído a título de dividendos somente será aplicado em ações que reverterão em desenvolvimento ou melhoria das atividades do Porto, mediante aprovação prévia do Poder Delegante.

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras



34. Transações com Partes Relacionadas

As transações com partes relacionadas compreendem os dividendos destinados ao acionista único SC Participações e Parcerias S.A., conforme demonstrado na nota explicativa nº 18 e a cessão de empregados a Companhia. A SCPAR Porto de Imbituba S.A. mantém uma política de transações com partes relacionadas aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia de acordo com os preceitos estabelecidos na Lei Federal 13.303 de 2016.

35. Cobertura de Seguros

A Companhia possui, por força do convênio de delegação, um contrato de seguro para responsabilidade civil dos operadores portuários com a seguradora Liberty Seguros, cuja vigência compreende o período de 15 de maio de 2022 a 15 de maio de 2023, tendo assegurado as coberturas para responsabilidade civil até o limite de garantia de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) e responsabilidade civil do empregador com extensão para o Orgão Gestor de Mão de Obra – OGMO com garantia até o limite de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) com franquias de até 10% (dez por cento) dos prejuízos registrados. Contempla ainda a cobertura para danos físicos a bens móveis e imóveis até o limite de garantia de R\$ 13.645.509,90 (Treze milhões, seiscentos e quarenta e seis mil, quinhentos e nove reais e noventa centavos) nos exatos termos consignados na Apólice de Seguro de n. 17-93.2022.0000250.

36. Eventos Subsequentes

A Companhia julga não haver eventos subsequentes que modifiquem de forma representativa as demonstrações financeiras apresentadas, considerando para efeitos de julgamento a data de 5 de junho de 2023.

Luis Antônio Braga Martins

Diretor Presidente

Alexandre Pinter

Diretor de Gestão e Finanças

Christiano Lopes de Oliveira

Diretor de Assuntos Regulatórios e Jurídicos

José João Tavares

Diretor de Infraestrutura e Operações

Izabel da Fonseca Cavalcante

Diretora de Planejamento e *Compliance*

Elivelton Luiz Doré

Contador CRCSC 37.889/00

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras





Código para verificação: **34QZF25G**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



ELIVELTON LUIZ DORÉ (CPF: 079.XXX.439-XX) em 06/06/2023 às 07:32:58

Emitido por: "SGP-e", emitido em 21/02/2019 - 17:42:53 e válido até 21/02/2119 - 17:42:53.

(Assinatura do sistema)



LUÍS ANTÔNIO BRAGA MARTINS (CPF: 663.XXX.687-XX) em 06/06/2023 às 09:32:47

Emitido por: "SGP-e", emitido em 05/08/2020 - 14:41:41 e válido até 05/08/2120 - 14:41:41.

(Assinatura do sistema)



ALEXANDRE PINTER (CPF: 031.XXX.849-XX) em 06/06/2023 às 09:33:37

Emitido por: "SGP-e", emitido em 27/02/2019 - 18:48:55 e válido até 27/02/2119 - 18:48:55.

(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/UEINQI8xMzc3MV8wMDAwMTk1NV8xOTU3XzlwMjNfMzRRWkYyNUc=> ou o site

<https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **PIMB 00001955/2023** e o código **34QZF25G** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.



Assinaturas do documento



Código para verificação: **8OQD21S4**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ **PAULO SERGIO DA SILVA** (CPF: 672.XXX.529-XX) em 06/06/2023 às 11:37:12
Emitido por: "AC Certisign RFB G5", emitido em 05/05/2023 - 16:20:21 e válido até 04/05/2024 - 16:20:21.
(Assinatura ICP-Brasil)
- ✓ **MARLOS NANONI REINERT** (CPF: 030.XXX.369-XX) em 06/06/2023 às 11:41:18
Emitido por: "AC Certisign RFB G5", emitido em 10/08/2022 - 16:13:59 e válido até 10/08/2023 - 16:13:59.
(Assinatura ICP-Brasil)
- ✓ **LUÍS ANTÔNIO BRAGA MARTINS** (CPF: 663.XXX.687-XX) em 06/06/2023 às 13:49:15
Emitido por: "SGP-e", emitido em 05/08/2020 - 14:41:41 e válido até 05/08/2120 - 14:41:41.
(Assinatura do sistema)
- ✓ **JOSÉ JOÃO TAVARES** (CPF: 215.XXX.409-XX) em 06/06/2023 às 19:51:48
Emitido por: "SGP-e", emitido em 10/08/2021 - 12:33:20 e válido até 10/08/2121 - 12:33:20.
(Assinatura do sistema)
- ✓ **CHRISTIANO LOPES DE OLIVEIRA** (CPF: 023.XXX.759-XX) em 12/06/2023 às 09:36:59
Emitido por: "SGP-e", emitido em 10/02/2023 - 15:06:19 e válido até 10/02/2123 - 15:06:19.
(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/UEINQl8xMzc3MV8wMDAwMTk1NV8xOTU3XzlwMjNfOE9RRDlxUzQ=> ou o site <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **PIMB 00001955/2023** e o código **8OQD21S4** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.